

ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 15-7-2020.

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Ramiro Rosário e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 084/20 (Processo nº 0218/20), de autoria de Ramiro Rosário. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Marcelo Sgarbossa, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, Mendes Ribeiro, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Felipe Camozzato, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Mônica Leal e Mauro Pinheiro. Às quinze horas e cinquenta e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/20 (Processo nº 0048/20). Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/20, por trinta e cinco votos SIM, após ser encaminhada à votação por Engº Comassetto, Ricardo Gomes, Ramiro Rosário e Dr. Goulart, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/20, por vinte e quatro votos SIM e doze votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Adeli Sell, Marcelo Sgarbossa, Engº Comassetto e Ricardo Gomes, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não Alvoni Medina, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim,

Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/20, por oito votos SIM e vinte e cinco votos NÃO, após ser encaminhada à votação por João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Engº Comassetto, Cassio Trogildo, Aírto Ferronato e Roberto Robaina, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Marcelo Sgarbossa, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Aírto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/20, por dezessete votos SIM e dezenove votos NÃO, após ser encaminhada à votação por José Freitas e Prof. Alex Fraga, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. A seguir, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Idenir Cecchim. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/20, por trinta e dois votos SIM, após ser encaminhada à votação por José Freitas, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/20, por vinte e nove votos SIM e três votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes e Não Karen Santos, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Às dezoito horas e vinte minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 4ª sessão, o

Projeto de Lei do Executivo nº 011/20. Às dezoito horas e vinte e três minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Paulo Brum e Reginaldo Pujol. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, vinte e um vereadores presentes.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB) – às 14h15min: Havendo quórum, dou por aberta a 29ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Porto Alegre.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado, Presidente Paulo Brum. Boa tarde, companheiros e companheiras, colegas de bancada, colegas e companheiros da oposição. Eu pedi, com o deferimento do Ver. Oliboni, líder da oposição, para falar sobre dois temas da nossa cidade – não digo que sejam temas de hoje, mas de ontem ou anteontem. O primeiro deles é esse decreto do prefeito com o pretexto de retomar a economia. Eu não sei como é que pode, o prefeito ora vai para um lado, ora fecha, ora volta, ora apresenta um programa que não contempla o pequeno empreendedor; agora, trata da possibilidade de acelerar os licenciamentos da nossa cidade para os empreendimentos. Primeiro que o prefeito faz isso, novamente, sem diálogo com qualquer setor – se faz com algum setor, faz com um setor grande. Chegou ao meu conhecimento há poucos minutos esse decreto, então eu ainda não consegui estudá-lo na sua inteireza, mas ele coloca um privilégio para as grandes obras e para as grandes obras residenciais, obras com 5.000 metros quadrados de construção – essas terão preferência na tramitação do licenciamento.

É sabido quem efetivamente emprega na cidade – uma matéria muito completa do Jornal do Comércio ontem trouxe isso. Empresas de construção civil com sete, oito, até quarenta funcionários, ou seja, pequenas e médias empresas, empregam muito mais do que as grandes empresas que fazem os grandes empreendimentos. Aqui eu não tenho o dado preciso, mas em torno de 70% das vagas de trabalho são originadas por essas pequenas e médias empresas, e essas não são as que fazem os grandes empreendimentos, com 1.000 metros quadrados construídos ou 5.000 se for residencial. Então, portanto, há um privilégio das grandes empresas que devem ter um contato direto com o prefeito, a ponto de o prefeito fazer um decreto privilegiando a tramitação do licenciamento para estas grandes, esquecendo dos pequenos. Assim como Marchezan esquece do pequeno empreendedor, também esquece do pequeno construtor. Esse é um primeiro tema que eu gostaria que a Câmara toda se debruçasse; e eu falo

isso aqui com outras ilegalidades que estão colocadas, como a criação de um comitê que é presidido pelo secretário do meio ambiente – eu nem quero aqui entrar nas terminologias que o prefeito inventou para a cidade, que criaram mais confusão administrativa; eu quero continuar chamando o secretário da SMAM, ele que vai coordenar esse processo, em desacordo com a legislação e sem conversar com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da cidade – o CMDUA – que a todo momento está em guerra com a Prefeitura, porque justamente, há uma postura sempre patrolamento por cima do controle social. Este é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que está ficando cada dia mais claro que essas idas e vindas do prefeito, que seguem, assim como é o governador Eduardo Leite que lança as bandeiras e dois ou três dias depois muda as bandeiras, mostra que não há uma definição, não há uma condução científica do controle da pandemia. E nós temos agora, nas próximas semanas, que a gente já escuta isso, desde abril, sempre tem essa ideia de “o pico está logo ali”, mas nos últimos dois ou três dias, efetivamente, quem está na linha de frente está dizendo: agora o sistema está entrando em colapso. Ou seja, nas próximas semanas teremos a superlotação, e infelizmente, acontecerá aquilo que aconteceu na Espanha e na Itália: os médicos terão que optar por quem atender. Então, todos os avisos foram dados, os vereadores falaram dos hospitais de campanha, da preparação da cidade, mas se gerou uma ... Como Porto Alegre fez o isolamento no começo da pandemia, acertadamente -, nós reconhecemos isso -, isso gerou uma espécie de relaxamento, como se nós tivéssemos feito o dever de casa, e não foi isso. Nós deveríamos ter seguido fechado - e temos divergências de vários vereadores. Mas o resultado vai se colher nos próximos dias, em que o sistema todo estará superlotado – eu digo isso com muito pesar, não sou daqueles que gostam de ter razão nesses temas. Mas nós aqui somente seguimos aquilo que os epidemiologistas falaram claramente, que precisávamos ter uma política de *lockdown* lá e agora. Muitos acham que está na hora de voltar, mas é hora de fechar mesmo, para preservar vidas.

Então, fica aqui o nosso registro desses dois temas, e espero que nos próximos dias, por algum motivo não se concretizem, mas os dados estão aí, o sistema público de saúde está com deficiências, as emergências lotadas, faltam testes, e todos os outros temas que nós já sabemos. Fica o nosso registro aqui e estamos torcendo para que o prefeito passe a dialogar e não apresente por decreto soluções mágicas que acabam não dando certo para a cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Início agradecendo ao nosso líder, Ver. Adeli Sell, pela oportunidade de falar em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores; cumprimento o Ver. Paulo Brum, os colegas vereadores e vereadoras e todos que nos assistem. Eu quero falar hoje aqui, já que estamos num dia ensolarado,

sobre a situação que viveu Porto Alegre nos últimos 15 dias, e quais foram os procedimentos que encontramos na administração pública para socorrer as diversas comunidades. Com os dois ciclones que ocorreram em Porto Alegre, e com as chuvas intensas, assim como em outros momentos em que aconteceram intempéries da natureza ou provocadas pelo homem, com muita força, na última semana eu encontrei com os colegas vereadores, no mínimo, uma dúzia de vereadores que eu pude contatar, de forma direta, que estavam buscando socorrer uma ou outra comunidade. Encontrei a Ver.^a Cláudia; o Ver. Wambert, em relação à Ponta Grossa; a Ver.^a Mônica em outras regiões; os de minha bancada, todos eles estavam atuando numa e noutra comunidade; a Ver.^a Lourdes preocupada com o arroio Capivara; o Ver. Cláudio Conceição com o Sarandi; e assim por diante. E qual é o problema que nós temos nesse momento? Que nós não encontramos, Ver. Mauro Pinheiro - e o senhor também, lá no Passo d'Areia, e em outras comunidades que ficaram alagadas nesse dia -, não encontramos na estrutura pública municipal um suporte de apoio, de orientação, de condução de uma política para salvar as famílias. Ora, vejam só, com essas chuvas ficaram embaixo d'água milhares de famílias. E aqui eu vou nominar algumas comunidades que eu tive a oportunidade de ajudar a socorrer – tentar socorrer -, conseguimos em partes, naquilo que estava em nosso alcance. Mas quando se precisou de uma atividade que tenha infraestrutura, de uma ação da defesa civil, de uma atividade coordenada, não encontramos isso, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Portanto, aquela propaganda que está passando, e gastando os R\$ 37 milhões, na televisão, de uma cidade maravilhosa, ela só é vista naquela propaganda, porque a realidade é outra. As comunidades do Lami, da parada 21; da Hortência; do Araçá; do Lajeado; da Boa Vista; da Serraria; da Ponta Grossa; do Retiro da Ponta Grossa; do Beco do Buda, no Chapéu do Sol; do Arroio Guabiroba; do Arroio Capivara, em Ipanema, no Campo Novo; ali no Jardim Verde; no Cristal; nos campos do Cristal; na Nonoai; no Arroio Passo Fundo, ali em Teresópolis, perto do Cassiá; na zona Norte, ali em torno da Arena; no Humaitá; na Farrapos; no Sarandi; no Passo d'Areia, no Arroio Feijó, entre outras, as comunidades ficaram embaixo d'água, e não encontraram socorro em lugar nenhum do poder público municipal. Então, eu venho aqui trazer isso, porque nós precisamos, juntos, construir uma política permanente para isso. Onde está um comitê, como determina a lei federal, que todos os municípios deveriam ter, coordenado pela Prefeitura, para enfrentar situações de intempéries e calamidades naturais ou calamidades provocadas pelo homem? Nós não temos isso. E, Ver.^a Nádia, a senhora que comandou muitas atividades de socorro, se nós tivermos uma infelicidade de um desses navios-tanques bater numa coluna da ponte e derramar produtos químicos, que levam para o polo, no Lago do Guaíba, Porto Alegre e toda a região metropolitana fica numa situação de calamidade. Eu pergunto: onde está o comitê de atendimento e socorro às calamidades que possa congrega as secretarias do Município? Que possa congrega a defesa civil? Que possa congrega os bombeiros? Que possa congrega a polícia civil e a brigada militar, entre outros para que recebam as nossas demandas, junto com as comunidades, e que possamos, juntamente, ajudar a socorrer essas comunidades. Então, além, Ver. Cassiá, ali no Arroio Passo Fundo, que começa ali Teresópolis, famílias tiveram as suas casas invadidas pela água. São

irregulares? Está bem, mas onde está o plano de reassentamento? Ali na Av. Tronco, parece a Síria destruída pela guerra; e ali tem um projeto que ficou ...São 1.500 famílias; e nós votamos um projeto aqui, desapropriamos áreas; veio dinheiro do antigo Ministério das Cidades para reassentar essas famílias. Onde foi esse dinheiro? Como está esse projeto? E as famílias estão lá, desamparadas, ainda, na mesma situação de dez anos atrás. E há poucos dias, todos nós acompanhamos a notícia que o prefeito perdeu aquele dinheiro que veio, no tempo do governo da Dilma Rousseff, que foi o prefeito Fortunati que anunciou, R\$ 127 milhões que seriam para obras de infraestrutura do DEP, onde R\$ 40 milhões seriam para fazer toda a infraestrutura da Ponta Grossa, da região da Ponta Grossa que fica ali embaixo d'água, e o resto era para o Arroio Passo D'Areia; e perdeu o dinheiro por falta de projetos; e não nos ouve, quando nós estamos aqui à disposição para ajudar a buscar recursos, e tudo o mais. Eu estou aqui desabafando, Ver. Reginaldo Pujol, porque as comunidades batem nas nossas portas, não é só na minha, é na dos 36 vereadores, e cada um socorre como pode, mas nós não somos o Executivo.

Para concluir, Ver. Paulo Brum, eu trago este tema aqui e creio que nós poderíamos, juntamente, constituir um comitê permanente para enfrentamento de crises e intempéries. Nós tínhamos um departamento que tratava das áreas de risco da cidade; esse departamento foi desmontado, não existe mais. O DEP foi fundido e foi desmontado, não existe mais como estrutura que funcionava para dar apoio. Portanto, trago aqui essa situação da nossa cidade e que nós possamos juntos resolver isso. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde, Ver. Paulo Brum, demais colegas; escutei atentamente o Ver. Sgarbossa e o Ver. Comassetto. O Ver. Sgarbossa reclamou de um decreto que é para agilizar os alvarás e as licenças. Sempre que for para agilizar dentro da lei, qualquer prefeito do meu partido, da oposição, de outro partido terá o meu aplauso. Se é para facilitar, contem sempre comigo. Outra coisa, as obras com bastante metro quadrado, Ver. Sgarbossa, entre elas estão aquelas obras populares; essas têm bastantes metros quadrados. Algumas dessas mais luxuosas também, mas estas do Minha Casa Minha Vida ou o nome que se dê - não sei se já mudou esse nome, o que aliás foi um bom projeto -, elas têm bastantes metros quadrados. O próprio colega Comassetto conseguiu construir mil apartamentos, ele está construindo mais mil. Essas obras deverão ser beneficiadas com a agilização dos alvarás dos licenciamentos para que se trabalhe. E ali se dá muito emprego, Ver. Sgarbossa, na construção civil se dá muito emprego e o pessoal que trabalha nos canteiros de obra tem muito cuidado com a saúde, com a Covid-19, com os protocolos. Nos canteiros de obras estão sendo mantidos, estão sendo, não, porque agora está fechado, mas é um dos locais

onde se mantém os protocolos em dia. Estão mantendo os protocolos em dia. As lojas, as pequenas lojas, nem se fala. Essas aí é um absurdo; não abrir uma loja pequena com três ou quatro pessoas que entram e saem. É um absurdo! Isso nós temos que dar um jeito, que se abram de uma vez. E não é por lei do Município como alguns colegas denunciaram que nós queremos fechar. Não, é por decreto mesmo, já que o prefeito e o governador querem administrar por decreto, tem que ser por decreto essa abertura. E nós esperamos que isso aconteça na próxima semana sem dúvida nenhuma. Vereador Comassetto, eu não quero ficar aqui fazendo contestação nenhuma, mas infelizmente este pessoal da propaganda copiou o programa de televisão_Cidade Viva. Nós nunca íamos esperar que dez, quinze anos depois, vinte anos, copiassem o Cidade Viva. Vossa Excelência reclama que não é a mesma cidade. Alguns filmezinhos parecem que foram copiados de lá, da época do Cidade Viva. Então, não dá para atirar pedra para cima, porque ela acaba caindo em cima do nosso chapéu mesmo. E, se o chapéu não for forte, machuca a nossa cabeça. Nós queremos fazer com que se cuide, claro, do cidadão de Porto Alegre, e a minha proposta da semana passada é que alguns projetos que nós estamos discutindo aqui... Os de hoje são um exemplo. O Ver. Adeli, junto com o Carús, com o pessoal, eles se debruçaram em cima do projeto do mobiliário urbano que tem muitas emendas; algumas muito boas, para corrigir, outras nem tanto. Mas nós temos esse projeto importante para a cidade e, quando, na semana passada, eu disse para a gente tentar não votar estes projetos que não têm nada ver com a Covid, foi neste sentido, não de fazer boicote a projeto do Executivo e de vereadores. Nada disso! É de tentar, aqueles para os quais seja necessária uma discussão maior, a gente dar uma segurada. Este do solo criado é um projeto que não tem problema nenhum, é bom para a cidade. Então, esse estamos de acordo, vamos votar. Esse do mobiliário urbano, era por vício de origem, aquilo que nós votamos, eu achei muito bom o projeto, mas o Ministério Público pediu para que se fizesse a origem a partir do Executivo. Então, vamos estudar e vamos votar. Mas tem tantos outros projetos, por exemplo, o projeto que trata sobre funcionários, sobre gratificações para qualquer categoria, eu acho que nós temos que deixar para mais adiante. Não dá para discutir agora durante a pandemia o salário de funcionários de qualquer categoria que seja, muito menos dos vereadores. Nós não podemos discutir agora na pandemia, é isso que queria pedir. Vamos votar aquilo que é urgência, aqueles para os quais temos mais ou menos consenso e aqueles que são complicados, por exemplo, esses que tratam sobre aumento, teto e essas coisas, nós devemos ter mais paciência. Deixar esses projetos para discutirmos depois. Depois que nós conseguirmos estudá-los bem, de preferência que passe essa pandemia de uma vez e a gente possa fazer esse trato no plenário, onde a discussão é mais direta, mais objetiva e certamente muito mais clara para que a gente possa votar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Mendes Ribeiro está inscrito em Liderança.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Então, V. Exa. coordena os trabalhos, porque eu não tenho a sequência dos inscritos. Quero agradecer ao nosso Vice-Presidente, que mais uma vez com muita competência e muita solidariedade me socorreu neste momento. Muito obrigado, meu caro. Quem agradece sou eu, agradece a cidade, que tem mais uma vez V. Exa. conduzindo os trabalhos da Câmara. Obrigado, meu caro Paulo Brum.

O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Boa tarde, Presidente Pujol; Vice-Presidente Paulo Brum; colegas vereadores; público que nos acompanha. Eu ouvi atentamente a fala do Ver. Comassetto e realmente eu estava com cara de preocupado com a situação, porque tem coisas, tem alguns assuntos referente aos quais a gente está indo na contramão daquilo que os outros municípios e o mundo estão fazendo. Hoje há uma tendência de os municípios fortalecerem a Defesa Civil pela importância que ela tem para a sociedade principalmente para aquelas pessoas que estão em área de risco e vulnerabilidade. Em Porto Alegre, não parece, mas nós temos muitas pessoas nessas condições e nessa situação. Na gestão passada, nós tínhamos uma Defesa Civil altamente qualificada, preparada, estruturada com uma sede que era uma referência para as pessoas que precisam do auxílio da Defesa Civil, principalmente, a região das Ilhas, e isso tudo foi desmanchado. Para vocês verem o descaso com a importância da Defesa Civil, nós aprovamos uma lei na Câmara de minha autoria, que criou o Fundo Municipal da Defesa_Civil, dia 21 de novembro de 2017. Nós estamos vendo e convivendo cada vez mais com fenômenos naturais atingindo essas pessoas que necessitam de apoio do Município e não tem recurso e eficiência para atender de imediato quando as pessoas precisam. Para vocês perceberem a data de 21 de novembro de 2017, o decreto que regulamentou esse fundo, somente em setembro de 2019 – dois anos após a aprovação da lei, é que foi feito o decreto que regulamenta essa lei. Nós, vereadores, aprovamos o projeto das antenas e aprovamos uma emenda nesse projeto, que 5% dos investimentos teriam que ir para o Fundo Municipal da Defesa Civil. Eu coloquei uma emenda impositiva aprovada de R\$ 50 mil no fundo da Defesa Civil e até hoje não sei quando pretende ser executado, se já há uma conta aberta para o fundo da Defesa Civil. Então é essa a minha preocupação. Tem coisas que a gente está indo na contramão do que vem acontecendo no resto do Brasil, nos nossos municípios. Todos têm uma Defesa Civil estruturada, fortalecida, porque cada vez mais nós vamos precisar desse auxílio para aquelas pessoas que necessitam e muito do poder público e não têm condições quando acontecem fenômenos naturais e são atingidas todas as famílias, perdem tudo, perdem muitas coisas, colocam as suas vidas em risco. Então, nós temos que chamar muita atenção para essa questão.

A outra questão, eu quero falar da minha preocupação hoje, senhores, colegas vereadores, faz um mês que saiu o decreto que retornou a medida para fechar os

estabelecimentos com faturamento acima de R\$ 4,8 milhões em Porto Alegre. E já faz três semanas que foi fechado o resto das atividades. E os casos não param de crescer na cidade de Porto Alegre. Será que é o comércio aberto que faz crescerem os casos do coronavírus? Eu acho que não! Está na hora de rever isso, está na hora de botar na balança os pesos, a economia anda junto com a saúde, nós temos que retomar as atividades econômicas da cidade de Porto Alegre e reestruturar os nossos hospitais para que tenhamos condições de atender a população. Hoje nós estamos nos tornando algo do que vai ser difícil nós sairmos. Esta crise social, econômica, sanitária e, com certeza, vai vir uma crise de segurança pública. Então era isso, colegas vereadores; era isso, Presidente Pujol. Agradeço e uma boa-tarde de trabalho, porque temos projetos importantes, sim, para a cidade de Porto Alegre hoje na nossa sessão ordinária. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Próximo inscrito é o Ver. João Bosco Vaz e depois o Ver. Mauro Pinheiro.

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estava atento ouvindo os pronunciamentos e, quando o Ver. Marcelo Sgarbossa, na primeira fala, o primeiro vereador a se manifestar, disse que: “Olha, eu penso diferente dos outros vereadores. Tem gente que quer abrir e o momento que estamos vivendo...” Eu quero deixar claro aqui que todos os 36 vereadores e vereadoras, nós somos favoráveis ao fechamento e ao trabalho que o prefeito Marchezan vinha fazendo, todos nós fomos, mas todos nós também pensávamos e pensamos, quando apoiamos o fechamento, que a Prefeitura tinha se preparado, nesse tempo todo, para enfrentar a pandemia, quando chegássemos neste momento. É por isso, Ver Marcelo e demais vereadores que são favoráveis ao fechamento total, que as pessoas não estão suportando mais. Nós, vereadores, demos a oportunidade ao Sr. Prefeito e a sua equipe para que, nesses três meses, não tivesse montado apenas a força-tarefa que aí está, que é uma força-tarefa com pessoas competentes, mas que essa força-tarefa tivesse preparado o terreno e o ambiente para que hoje nós não tivéssemos esta situação: obras públicas podem, obras privadas não podem, o *shopping* não pode. Às seis e meia da tarde de hoje, tem uma reunião com a Federação, provavelmente o prefeito vá liberar o Gre-Nal, e aí o Gre-Nal pode, as academias não podem, os clubes não podem, a várzea não pode, as escolinhas de futebol não podem, os *shopping* não podem. Mas qual o critério, ou quais os critérios que foram tomados nesses três meses em que nós, vereadores, concordamos com o fechamento? O prefeito dizia que estava tudo sob controle, tanto que ele disse que não precisava e não fez hospital de campanha, dizendo que estava sob controle. Só que agora parece que saiu do controle. Se houve um erro de gestão, não se sabe realmente, porque nós não temos informações, nós não temos transparência, nós não somos

perguntados para nada. Agora, eu, quando apoiei o fechamento, apoiei o fechamento porque achei que, em três meses, teríamos um protocolo, para que todos pudessem já estar trabalhando.

O Ver. Mendes Ribeiro falou bem sobre essas emendas impositivas. Por favor, tem que liberar as emendas impositivas que são para a saúde! Aí se fala com o secretário da Saúde, o Dr. Pablo, que é gente finíssima, e ele responde: “Olha, está lá com o secretário Christian. Bom, se está com o secretário Christian, é uma decisão política que estão fazendo lá. A Santa Casa está precisando de dinheiro, todos nós passamos dinheiro para a Santa Casa, para outras entidades filantrópicas, que fazem o que os governos não podem fazer. Dou o exemplo da Clínica Esperança, para que eu passei R\$ 20 mil, cuida de 60 crianças com HIV, estão precisando desse dinheiro urgente, pois, em função da pandemia, não podem mais realizar todo mês o seu jantar de arrecadação. Quer dizer então que está no gabinete do secretário de articulação política, para fazer uma análise política, quando quem tinha que liberar isso era a Secretaria da Saúde. Bom, esse vereador é da base, esse vai; esse vereador fala mal do prefeito, esse não vai; esse vereador vota junto, esse vai; esse vereador não vota junto, esse não vai. Será que é isso? Eu não acredito, porque não dá para se fazer política com o fígado, não dá para se fazer política partidária, quando nós precisamos de políticas públicas para enfrentar esta situação que está aí. Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, vereadores e vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde, Presidente Pujol, demais vereadores, público que nos assiste; quero começar parabenizando o Ver. Comassetto, que citou quase todos os bairros e vilas de Porto Alegre, parece que o senhor conhece realmente bastante a cidade, mas vou discordar do senhor em uma série de questões. V. Exa. diz que nós temos que nos preparar, criar grupos para atender a população. A Prefeitura está preparada e atendeu, assim como vários vereadores participaram, cada um dentro das suas condições de ajudar as comunidades em função dos alagamentos. Mas eu discordo de que a Prefeitura tenha que se preparar para remediar, nós temos sim é que resolver os problemas das comunidades, problemas que, vendo o senhor falar, parece que começaram há um ou dois anos. Nós temos diversos problemas na cidade que são problemas antigos, muito antigos. O que nós precisamos fazer, Ver. Comassetto? Essa é a diferença do meu pensamento para o de Vossa Excelência. Nós precisamos buscar as soluções dos problemas, e algumas delas já se iniciaram, como, por exemplo, aqui no Passo D’Areia, que é a maior obra que já está se fazendo em Porto Alegre para essa questão de saneamento e para conduzir as águas das chuvas até o rio Guaíba. Mas nós sabemos que Porto Alegre tem um grande problema de alagamentos e que nós não vamos conseguir resolver esse problema se continuarmos

aplicando as mesmas soluções que são aplicadas ao longo do tempo. Agora, com o novo marco regulatório do saneamento básico que foi instituído pelo governo federal, poderemos fazer grandes parcerias público-privadas e trazer investimentos para a cidade de Porto Alegre, para resolver os problemas. Com pequenos remendos nós não vamos resolver, nós temos vários arroios com problemas, com muito alagamento por serem cotas baixas, nós precisamos de obras estruturais. Se depender de recursos próprios do Município, não vai ser resolvido. Então eu sou favorável às parcerias público-privadas, assim como no saneamento, para o esgoto, para a água, para a iluminação pública. Nós aprovamos um projeto na cidade de Porto Alegre, aqui na Câmara de Vereadores, como líder do governo e junto com a maioria dos vereadores, um excelente projeto de parceria público-privada. Posteriormente, foi feita uma licitação, já foi vencida, e uma empresa já iniciou seus trabalhos em Porto Alegre. Em breve, a iluminação pública de Porto Alegre certamente vai dar um passo importante na evolução, com mais de cem mil pontos de iluminação com LED, o que vai mudar a cidade, trazendo mais segurança, melhores condições para toda a população. É nessa mesma linha que nós temos que seguir no saneamento básico, tanto na questão do lixo, do esgoto, da água, essa é a grande saída para que a gente possa resolver os problemas dessas comunidades. Nós precisamos de muito recurso, que, infelizmente, o Estado não tem, e, se depender de recursos públicos, nós vamos levar mais 100, 200, 300 anos. Com a iniciativa privada, parceria público-privada, nós podemos fazer grandes investimentos, resolver os problemas dessas comunidades, para que a gente possa, no futuro, não ficar rezando para não chover, porque, toda vez que chove, infelizmente, a população, principalmente aquela população de mais baixa renda, é a que mais sofre. Nós temos sim que buscar parcerias, esse é o caminho. Assim como o Ver. Cecchim falou e falou muito bem, nós temos que destravar a economia da cidade. Toda vez que for feito, por lei ou por decreto, algo que nos ajude a liberar a economia, que a economia possa fluir com atividade, principalmente a atividade empresarial dos pequenos, médios e grandes empreendedores que querem fazer os seus investimentos, usar os seus recursos privados para o bem da cidade, nós temos que aceitar. Não depende de pequeno, médio ou grande, todos são bem-vindos, nós precisamos gerar empregos, principalmente depois desta pandemia. Eu acho que o secretário Germano está de parabéns pelo trabalho que tem feito na SMAMS. Ele tem buscado sempre, através dos decretos possíveis dentro do Plano Diretor, previstos no Plano Diretor, melhorar as condições da cidade, buscando facilitar a vida daqueles que querem investir os seus recursos próprios para criar emprego, gerar renda e desenvolver a cidade. Infelizmente, nós estamos num momento de pandemia, e não é só o prefeito Marchezan que passa por dificuldades, são todas as prefeituras que têm problemas com a pandemia, os governos. É muito fácil vir aqui e criticar o prefeito Marchezan, porque errou, não fez isso, não fez aquilo. Jogo jogado é muito fácil de comentar. Eu gostaria de ouvir vereadores que pudessem falar, por exemplo, sobre o que está acontecendo em Minas Gerais, lá o governador do estado é do NOVO. Lá não fechou nada, abriu, fechou? Qual a situação, Ver. Felipe, lá em Minas Gerais? Vereadores do DEM, Ver.^a Nádia, qual a situação do prefeito ACM em Salvador? Qual a atitude que ele tomou? É diferente das atitudes que o prefeito

Marchezan tomou? É diferente do governador do NOVO, em Minas Gerais, o que o governador Eduardo Leite fez aqui no Rio Grande do Sul? É muito fácil vir aqui falar que errou, que fez errado, que não fez hospitais de campanha. Quantos prefeitos estão respondendo processo por hospitais de campanha, em que desviaram recursos públicos? Nós temos que comparar as gestões e ver o que está sendo feito. Nós estamos numa pandemia, uma situação totalmente nova, difícil, que afetou o mundo inteiro. Aqui parece que Porto Alegre tem que ser diferente em tudo, que aqui o prefeito vai resolver coisas que o mundo inteiro, países e cidades que têm muito mais recursos do que Porto Alegre não conseguiram resolver e sofreram muito mais na pandemia do que está sofrendo Porto Alegre. Claro que o prefeito Marchezan e os seus secretários, o grupo que discute a crise da Covid vão cometer erros, cometeram erros, mas também estão acertando e acertando muito. Porto Alegre está numa situação muito melhor do que outras cidades. Eu não concordo com tudo que o prefeito Marchezan está fazendo, acho que eu teria feito algumas coisas diferentes, mas ele tem acertado muito nesta pandemia. Não podemos só criticar, tem coisas que foram feitas acertadamente. Eu acredito que, por exemplo, as indústrias e a construção civil não precisariam ter fechado, poderiam ter ficado abertas, são 27 mil empregos diretos e indiretos que a nossa cidade tem. A incidência do coronavírus, aqui em Porto Alegre não aconteceu nenhum caso, em outros locais teve poucos casos. Bem, o prefeito resolveu fechar, eu discordo nesse ponto, mas não quer dizer que tudo o que ele fez está errado, poderia ter feito diferente e poderia ter dado errado. É muito fácil comentar as coisas depois de elas terem acontecido. Eu acho que nós temos que, ao invés de ficar criticando e procurando coisas erradas o tempo inteiro, é procurar trabalhar de uma forma de discordar, dar sua opinião, mas também não é levar tudo para... (Problemas técnicos no som.) Estamos passando por um problema sério, grave e esperamos que o mais rápido possível a gente possa passar por essa pandemia, para que as pessoas possam voltar a trabalhar, ter uma vida mais normal possível. Infelizmente, está afetando muito... Eu tenho origem no comércio, defendo o direito das pessoas trabalharem, mas também temos que ver o outro lado. Não dá para somente criticar, eu tenho certeza que o prefeito e o secretário estão dando o melhor deles, estão procurando tomar as medidas mais acertadas possíveis. Não vou concordar com tudo, mas tem algumas coisas que nós não podemos ficar criticando e comparando com nada, simplesmente criticando Porto Alegre. Eu acho que dá para fazer a comparação com outros municípios, com outros prefeitos e ver o que está acontecendo com Porto Alegre e com outras cidades. Esperamos, sim, o mais rápido possível, poder abrir as indústrias, os comércios, voltar com as atividades. Tenho certeza que essa é a vontade tanto do prefeito quanto dos secretários, que estão numa guerra diária no combate à Covid-19. Mas, infelizmente, é uma pandemia, vamos enfrentar problemas. Se não fechar e começar a morrer mil, 2 mil pessoas por dia, vão criticar por que não fechou; se fechar, vão criticar por que fechou e não deixou e as pessoas trabalharem. Então eu acho que nós, vereadores, devemos ajudar a buscar o ponto de equilíbrio. Aquilo que realmente tenha que fechar, que feche; aquilo que possa reabrir, que reabra, buscando um horário alternativo, buscando formas de deslocamento para que a gente possa reabrir o máximo possível a nossa economia, que a gente possa aprender a

conviver com o coronavírus, porque é importante, sim, aprender a conviver, a adotar as medidas de segurança, lavar as mãos, usar álcool gel, usar máscara e ter todo o cuidado possível. Essa é a política que nós temos que passar, fazer a discussão daquilo que nós podemos abrir, e acho que tem algumas coisas que podemos trabalhar para abrir. Muito obrigado, um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Boa tarde, colegas; obrigado, Luiz Afonso; boa tarde para quem também está nos acompanhando; eu ouvi muito atentamente a tua fala, Mauro, e com todo respeito que eu tenho por ti, entendo tua posição de liderança do governo, que, muitas vezes, mesmo discordando dessas questões da indústria, da construção civil, segue fazendo de maneira muito eficiente e muito fiel... (Problemas técnicos no som.)

Como eu estava dizendo, é preciso fazer uma contextualização das críticas, Ver. Mauro, e eu tenho todo respeito por ti e pela tua posição enquanto liderança do governo, entendo tua necessidade de fazer defesa, muito embora divirja de algumas posições, como tu colocaste, da construção civil e das indústrias. Eu acho que teve um erro na tua frase quando tu disseste que estamos criticando Porto Alegre. Eu acho que nem eu e nenhum colega meu, vereador, estamos criticando Porto Alegre, nós estamos criticando parte das atitudes do governo Marchezan, e querendo, justamente, apontar caminhos, fazer críticas construtivas. Eu, desde o início do governo – e aí eu não falo desde o início da pandemia –, do meu primeiro ano de vereador, independente que sou, fui o segundo vereador que mais votava com o governo. Então, eu não só reconheço as posições acertadas do governo durante esse mandato do prefeito Marchezan, como votei em várias delas. Por isso mesmo, tenho toda moral para cobrar aquilo que eu considero errado, e tenho cobrado bastante, especialmente nesses últimos tempos, as incoerências que estou vendo. Tu tocaste no ponto do distanciamento controlado do governador Romeu Zema. Eu fui entender, exatamente com o secretário-geral do governo Zema, estive em contato com o governador, sobre o modelo lá de Minas Gerais, e ele é, sim, diferente do modelo daqui do Rio Grande do Sul, ele é, sim, diferente do que Porto Alegre está fazendo. Em nenhum momento há imposição de fechamento, como nós temos aqui, em nenhum momento há regras autoritárias e unilaterais que expõem contradições, como, por exemplo, obras da construção civil proibidas e obras públicas permitidas, como tu mesmo concordas que está errado. A mesma coisa sobre as indústrias. Aliás, o distanciamento controlado tem se destacado justamente por ser um programa de livre adesão dos municípios, e lá o governo Zema conseguiu, por exemplo, mais de 700 leitos. O hospital de campanha está em uso e ativo, conseguiu se conectar os municípios aos recursos federais para que eles pudessem investir esses recursos, coisa que Porto Alegre está sendo alvo de críticas agora, não a cidade, mas a gestão, por

não ter feito. Hoje a gente está vendo muito mais o prefeito dando voltas na cidade, inaugurando georreferenciamento de árvores, enquanto não consegue rastrear contaminado da Covid-19. Eu tenho todo o respeito pelo trabalho do Germano, ele é um excelente secretário, gosto muito do trabalho dele, apoio quase 100% dos projetos que vêm da secretaria dele porque eu acho que ele está correto nas suas proposições. E, de novo, estou criticando a gestão do prefeito Marchezan, e tenho moral para criticar, porque voto na maior parte dos projetos, junto com o governo. Queria retomar uma fala do Ver. Bosco, que eu acho que foi muito feliz, ao colocar que as entidades da sociedade civil, entidades assistenciais, estão fazendo o seu papel. Os vereadores destinaram recursos, os vereadores têm se engajado em vários programas assistenciais, as entidades estão fazendo sua parte, mas a Prefeitura faz muito pouco, e quando faz, a gente vê um certo tom eleitoral, muito mais do que um auxílio governamental, porque a gente vê um monte de *stories* no Instagram, do prefeito, da primeira-dama, entregando cestas básicas por todo lugar da cidade, mas programas robustos, de estado, de governo, estamos vendo pouco. A gente está aí... (Problemas técnicos no som.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Caiu novamente a conexão do Ver. Camozzato. Creio que talvez ele já tenha encaminhado o seu pronunciamento...

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): ...Para concluir. Logo no início da pandemia coloquei, inclusive, a empresa que eu era sócio para fazer prestação de serviço, de graça, para o Município, em contato com o secretário Ramiro – hoje ele é vereador –, entre tantas outras iniciativas, e ainda estou com ofícios não respondidos, pedidos de informações com os prazos vencidos. Esse é o tratamento que estamos recebendo por estarmos querendo contribuir. Críticas de que nós não podemos criticar a gestão, a gente não tem pedidos de informações e ofícios respondidos e ainda somos acusados de sermos demagógicos. Então, por favor, Mauro, eu acho que a gente podia, enquanto vereadores, independente como eu sou, e governo, agir em conjunto, para melhorar. Estou disposto a votar uma série de projetos do governo, junto com o governo, porque eu entendo que são importantes, e defendo esses projetos, porque sempre defendi por coerência, mas não vou aceitar calado essa crítica de que estou fazendo crítica pela crítica, ou que meus colegas estão. Eu estou vendo muito crítica que tem, na verdade, justificativa, tem embasamento, e por isso eu saúdo as manifestações de vários de meus colegas, como agora citei aqui o Bosco, citei o Ver. Mendes, e tenho visto outros vereadores colegas meus fazerem boas críticas no intuito de ajudar Porto Alegre e não de criticar nossa cidade. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde colegas vereadoras, vereadores, nosso Presidente, quero começar falando sobre um problema que a gente já vem falando há muito tempo e que não consegue ter um retorno, que é com relação às testagens. Sabemos que foram comprados muitos testes e que poucos foram realizados. Diariamente, eu recebo pedidos de ajuda das pessoas que vão nas tendas da Prefeitura, que estão no Hospital Conceição, no Hospital Vila Nova e em outros hospitais, dizendo que leva muitos dias para terem esse retorno. Estamos falando aqui da reabertura dos comércios, dos pequenos comércios principalmente, para que as pessoas possam se manter, e eu sou completamente a favor disso, eu acho que não é isso que está infectando a população. A gente já falou, por diversas vezes, que são ações que não foram realizadas, da nossa Prefeitura, porque nós sabemos que o nosso inverno é rigoroso, nós sabemos que as nossas UTIs lotam em todos os invernos, e nós sabemos, também, que não foram tomadas providências lá no início dessa pandemia, que deveriam ter sido tomadas. Nas vezes em que o prefeito esteve aqui falando conosco, eu questionei com relação aos respiradores, e ele disse que não ia comprar porque estavam muito caros. Eu questionei com relação aos hospitais de campanha, ele disse que não eram necessários. Eu questionei com relação à ampliação de leitos... Então, a gente sabe quais são as falhas, e essas falhas começaram lá no início dessa pandemia. Isso não vai resolver o nosso problema, nós temos que ser mais pontuais e resolver o que a gente tem hoje. Hoje, nós precisamos que as pessoas sejam testadas com eficiência, com rapidez. Nós não podemos admitir que a pessoa vá num posto de testagem, nessas tendas, leve de oitos a dez dias para ser testada, e que ela tenha que ir para casa sem saber se ela está ou não infectada, junto com seus familiares, e talvez tenha tido contato com outras pessoas, sem que essas pessoas também saibam. Hoje, na nossa reunião de manhã, o Ver. Janta comentou que estava preocupadíssimo porque esteve com outras pessoas, graças a Deus não estava... As pessoas ficam amedrontadas e não saem. Se os comércios reabrirem hoje, essas mesmas pessoas que não têm testagem, que têm sintomas e que não conseguem saber, elas não vão sair para a rua. A gente sabe que um restaurante, por exemplo, que servia 400, 500 refeições, vai servir 1/3 disso, porque as pessoas não vão ir, mas a gente pelo menos vai estar oportunizando a essas pessoas que trabalham há anos, que geram receita para o Município que elas possam, sim, ter suas portas abertas e que elas não tenham que demitir seus funcionários, porque o que vai acontecer é isto, os funcionários serão demitidos, porque nenhum empresário terá mais condições de manter a sua empresa com o número de funcionários que tem, e a gente sabe que muitos vão fechar as portas, assim como as escolas, que estão fechando as portas, porque lá atrás, quando eu entrei com um PL fazendo uma solicitação de reabertura parcial, ele não foi aprovado, e lá nós tínhamos oxigênio para isso, lá as escolas poderiam estar abertas para atender os filhos das pessoas que atuam nos serviços essenciais e não tinham onde deixar os filhos quando estavam trabalhando. São ações em cima de ações, então realmente, como diz o Ver. Felipe Camozzato, nós não estamos aqui criticando por criticar, nós estamos criticando porque ações que deveriam ter sido tomadas não foram tomadas – nós temos que questionar isso. A defesa civil faz um trabalho fantástico, como os vereadores falaram, eles fazem das tripas coração com

o dinheiro que eles têm. Nesse alagamento que aconteceu pela chuvarada há pouco tempo, lonas foram distribuídas, mas isso não é o suficiente, precisa de muito mais.

Então tem muita coisa que precisa ser resolvida. Eu sou a favor da reabertura do comércio, principalmente dos pequenos e médios comércios, que precisam manter seus funcionários. O Ver. Mauro Pinheiro fala que quer saber com relação a Minas Gerais, eu quero saber com relação a São Paulo então, que é do PSDB o governador e que disponibilizou R\$ 85 milhões sem licitação, para a China, para trazer testes de vacina, e quem vai servir de cobaia somos nós, os brasileiros. Isso é bom? Eu acho que não é bom ter a saída por aí, porque sem licitação se faz tudo que se quer. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver.^a Cláudia. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Boa tarde a todos os colegas, público que nos assiste através da TVCâmara. Eu queria saber qual dos colegas viu o filme “Tsunami”, em que uma mãe tem que tomar uma decisão, a pior da vida dela com certeza: qual dos filhos ela iria salvar, porque ela não tinha mais forças no seu corpo para segurar os dois filhos.

É isso que eu acho que está acontecendo com nós todos, estamos numa situação muito difícil. Eu faço coro aos vereadores Cláudia, Camozzato, vários vereadores, porque nós tivemos 62,8 mil pedidos de seguro-desemprego este mês, junho; então, junto aos 37,1 mil em maio e mais os que já havia, nós chegamos a quase 130 mil pessoas desempregadas em Porto Alegre, que hoje vivem do seguro-desemprego, hoje vivem do auxílio do governo. Mas essas coisas têm prazo, o governo não vai conseguir estender por muito tempo. Então a seguinte questão: o que eu vou fazer, qual eu vou salvar?

Estou com meu padrinho na CTI do Hospital Mãe de Deus, estou com meu pai internado no Hospital Divina Providência, estou com duas amigas, primas minhas em casa, que trabalham na área da saúde, esperando o que a Ver.^a Cláudia falou, o exame. Eu fiz o exame, recebi o resultado no outro dia, e graças a Deus deu 315 a minha taxa, resultado negativo para Covid. Mas nós estamos nessa sinuca de bico, como essa decisão que a mãe tomou, fatos reais, no tsunami do Japão, nós estamos nessa sinuca de bico: ou nós salvamos os empregos das pessoas ou nós salvamos as vidas das pessoas.

O que eu volto a afirmar, o Mauro até segunda-feira falou sobre isso, é que eu não sou contra abrir supermercado, as pessoas têm que comer; eu não sou contra abrir farmácias, as pessoas têm que se medicar, podem ter uma gripe ou outra coisa... Agora, gente, é desumano, o cara que pegou o PDV ou a pessoa que vendeu uma casa, que vendeu um carro, que tirou empréstimo, abriu o seu negocinho para vender roupa

de cama, para vender artigos de bazar, para vender sapatos, chinelos, essa pessoa não poder trabalhar. O argumento do Ver. Mauro “se precisar, vai ao supermercado”, eu por exemplo, se precisar de roupa, não consigo ir ao supermercado, o quê me serve? Eu preciso de comida, eu preciso de produto de higiene de limpeza. Nós precisamos ter condições iguais. Nós estamos nos encaminhando para a bandeira preta, são 440 profissionais da saúde contaminados em Porto Alegre com coronavírus, imaginem o estado emocional deles e dos seus colegas. A minha prima, que trabalha na Santa Casa, foi afastada do emprego por crise psicológica, porque dois colegas dela estão contaminados. É o mundo em que nós estamos vivendo, gente! Olha, se alguém aqui passou por isso, sabe o que eu estou dizendo. Eu vivi por dois dias o inferno astral na minha vida: eu não estava preocupado comigo, se eu estava ou não contaminado, mas eu estava preocupado com a minha filha, com a minha mulher, que amamenta ainda a minha filha, que não vive sem o leite materno, em função de todas as alergias que ela tem. Eu quero que entendam isso, e a preocupação das pessoas que estão desempregadas. Nós não temos que arrumar culpados aqui, cada vez mais nós temos que procurar soluções de saída. Volto a afirmar, falei ontem com o secretário Christian, a cidade está igual à cidade do início do isolamento, parecia uma segunda-feira de carnaval. Tanto que proibiram até estacionamento em área azul, mas há locais com gente estacionando, o trânsito está normal; no final do dia, se tu pegares avenidas como Bento Gonçalves, Protásio Alves, Assis Brasil, até as rotas de fuga, tu vais ver um trânsito acima do normal. Nós temos que resolver questões. Se a pessoa se contamina numa loja, ela se contamina dentro do ônibus; se a pessoa se contamina no mercado público, ela se contamina também andando dentro de um lotação; se a pessoa se contamina comprando insumos para sua casa, ela se contamina também andando na rua. Isso foi comprovado, tanto que fechamos praças e parques na cidade de Porto Alegre muito tarde, principalmente a orla. Então é um momento muito difícil, de decidir qual filho a gente salva, um momento de decisão em que nós temos que ter muita calma, manter os pés no chão. Eu vou sincero para vocês: eu não queria estar no lugar de nenhum prefeito, eu não queria estar no lugar de nenhum governador hoje no Brasil. É uma decisão muito difícil mesmo. Fecha, diminui, abre, aumenta... Todos nós sabemos que o nosso grande pico está para o fim de agosto, início de setembro. Ainda tem friagem e tem umidade, todos nós sabemos disso. O que nos espera? Eu acho que nós temos que despolitizar essa questão da Covid, todos nós temos objetivos para chegar ao mês de novembro, mas, neste momento, nós temos que despolitizar isso, temos que conversar.

Eu faço um apelo aqui ao líder do governo, ao governo, que está escutando esta sessão, como sempre. É o momento de o prefeito reunir a Câmara de Vereadores, conversar com a Casa e ver o que realmente é essencial e necessário para Porto Alegre.

Para encerrar, Sr. Presidente, vou falar de novo no projeto dos transportes, que parece que vai ser o salvador da pátria na pandemia da Covid. Se nós vamos dar dinheiro para o sistema de transporte coletivo de passageiros, nós vamos ter que dar dinheiro para os transportadores escolares, que estão sem trabalhar desde março; nós vamos ter que dar dinheiro para essas pequenas lojas que estão fechadas; para os motoristas de aplicativo, que estão sem trabalhar; vamos ter que dar dinheiro para muita

gente. Eu acho que o problema agora não é dinheiro, o problema agora é achar saída e soluções até chegar a salvadora vacina, o salvador método de prevenção ao coronavírus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, colegas. Eu não ia me manifestar, mas escutei o Ver. Mauro Pinheiro, Líder do governo, mais uma vez atacar os vereadores dizendo que não basta reclamar – enfim, as notas taquigráficas podem mostrar bem essa fala. E não é a primeira vez, Ver. Mauro, eu fico surpresa, porque, esses dias, o senhor falou também que estava na hora de os vereadores pararem de apresentar projetos oportunistas. Eu confesso que fiquei entre surpresa e chocada com a sua atitude, porque o senhor não é vereador em primeira viagem, nós somos colegas já há muito tempo, o senhor já esteve em outros partidos – já esteve no PT, em outro partido, quer dizer, esse é o seu terceiro partido –, o senhor conhece todos os vereadores da Câmara, o senhor convive com eles, o senhor foi Presidente da Câmara, o senhor sabe muito bem a seriedade com que cada vereador atua no seu mandato, cada um da sua forma, defendendo sempre as necessidades do povo. Então eu realmente resolvi falar, porque isso começa a me incomodar. Não é porque o senhor é líder do governo que vai desrespeitar os seus colegas, e eu não aceito esse tipo de fala: quem não concorda com o prefeito faz projetos oportunistas ou fica reclamando. O senhor sabe, vereador, que ontem eu estive na manifestação em frente à Prefeitura, assim como outros colegas, Ver.^a Lourdes, Ver.^a Cláudia, Ver.^a Nádia, Ver. Felipe Camozzato, Ver. Mendes Ribeiro – espero não ter esquecido de ninguém – e o que nós assistimos lá é de cortar o coração. Pessoas gritando pela liberdade de trabalho e cidadania, pessoas gritando que estavam sem comida! Isso não tem sigla partidária nem ideologia política. A crise aguda que nós estamos vivendo sobrepõe qualquer esquerda ou direita! Eu não acredito, não aceito esse tipo de diálogo. O senhor sabe, por acaso, que 50% das academias no Rio Grande do Sul devem fechar? Só em Porto Alegre tem 2.457 academias. O senhor sabe que muitos restaurantes de 20, 25 anos não vão mais abrir, porque fecharam de novo por uma atitude irresponsável do prefeito; abre fecha, abre fecha. Essas pessoas se prepararam, investiram. O senhor sabe quantas pessoas entram no hipermercado Zaffari? Eu perguntei: “800”. O senhor quer me dizer que numa loja, numa concessionária de automóveis de carro importado, num armarinho que vende linhas, roupas com um estoque de inverno e verão e que depois tem que pagar não entram 800 pessoas. O senhor sabe também que fecharam o Mercado Público e que aquelas pessoas estão desesperadas? Se fosse por falar mal e fazer acusações e diria aqui que estão dizendo na rua que o prefeito fez isso há 20 dias antes de publicar o edital. O senhor sabe também que tiraram bancos do parque da Redenção, todos ao mesmo tempo, para pintar? Nunca na história de Porto Alegre isso aconteceu, todos os

prefeitos pintaram os bancos nos seus lugares. Se fosse para agredir, para acusar, para inventar, eu teria tantas outras coisas. O senhor sabe que eu tenho dezenas de Pedidos de Informação para este governo que nunca me respondeu, a ponto de que eu tinha que entrar no Ministério Público solicitando uma averiguação do valor retirado do Fundo da Saúde e que o Ministério suspendeu o gasto em publicidade. Bastava o prefeito me responder, me atender. Mas não, este governo é o pior governo que eu já vi na minha vida, Ver. Mauro Pinheiro, e eu acredito que o senhor tem consciência como todos nós. Eu não estou aqui fazendo política para este ou aquele partido, eu cumpro rigorosamente com a minha promessa quando assumi como vereadora e eu fico muito preocupada com o que eu estou assistindo em Porto Alegre: em Porto Alegre, Ministério Público requer do Tribunal de Contas do Estado suspensão de publicidade com recursos da saúde. Isso foi amplamente falado por todos os meus colegas em várias sessões plenárias. E o prefeito não escutou, nem a mim e nem a eles, e nem o senhor. A construção civil, Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, emprega 27 mil trabalhadores com carteira assinada em Porto Alegre está parada. As obras públicas não têm esse problema. O vírus do Prefeito Marchezan é seletivo, ele não ataca nas farmácias, nos supermercados onde entram 800 pessoas. O prefeito, quando suspendeu –o senhor lembra aquela função da suspensão dos convênios –, eu mandei vários pedidos e nunca tive um retorno deste governo.

Eu, sinceramente, quero deixar aqui, e que seja a última vez, porque eu não vou aceitar mais nenhum tipo de acusação baixa de que os vereadores só sabem reclamar. Todos nós, aqui, temos uma longa trajetória e eu me orgulho, Ver. Mauro Pinheiro, de já ter sido secretária de estado de um governo, o mais alto cargo abaixo do governador; Vereadora no meu terceiro mandato; líder da minha bancada; candidata ao senado. Eu não estou brincando e nem estou fazendo politicagem e nem projetos oportunistas, para mim a pandemia não tem esquerda nem direita. Eu acho que está na hora de o senhor entender definitivamente isso, é muito grave o que nós estamos passando e não se resolve uma crise fazendo outra. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde, Ver. Reginaldo Pujol; vereadores. Ver.^a Mônica Leal, com todo o respeito que V. Exa. merece, eu quero lhe dizer que no meu pronunciamento eu não citei V. Exa. nenhuma vez, mas se o chapéu que foi atirado para cima lhe serviu, a senhora pode vestir. A senhora fala, fala, a senhora já ameaçou processar uns 4, 5 vereadores desta Casa porque discordaram da senhora. A senhora, volta e meia fica fora de si, ameaça que vai processar, ataca, acusa os vereadores; a senhora não consegue fazer uma fala sem atacar um vereador, Ver.^a Mônica Leal. A senhora vai me desculpar. A senhora conhece bem mesmo a Câmara de Vereadores? Quando seu pai era vereador, a senhora era chefe de gabinete dele, a

senhora participava da Câmara, quando não se falava de nepotismo. A senhora conhece bem a Câmara de Vereadores há muitos anos. Agora a senhora ataca o governo, ataca o governo, a senhora já fez parte do governo, Ver.^a Mônica Leal, a senhora já usufruiu do governo, a senhora já usou as benéncias do governo, depois, não sei por que o motivo, aqueles projetos que ajudou aprovar a senhora agora no seu discurso é contra. No passado a senhora ajudou, a senhora sabe do que eu estou falando no que ajudou ou não ajudou. Então, Ver.^a Mônica Leal, a gente tem que ter cuidado para atacar. Tem projetos, sim, de vereadores que são demagógicos e populistas, não adianta o vereador fazer um projeto que sabe que é inconstitucional para dizer para a sua categoria que fez, mas os vereadores votaram contra ou o prefeito vetou o projeto, mas eu queria te ajudar. Vamos ser realista. Eu não tenho como, por exemplo, fazer um projeto para abrir ou fechar o comércio, as atividades econômicas, Ver.^a Mônica Leal. Nem o Presidente da República pode mandar abrir o comércio de Porto Alegre, porque tem uma súmula do STF que diz que a responsabilidade é dos governadores e dos prefeitos que podem, sim, ser mais restritivos que os governadores, não menos restritivos. Então não adianta eu fazer um projeto de lei para abrir as academias, abrir as escolas infantis, não depende de nós, vereadores. Nós podemos, sim, discutir, articular com o prefeito, com o governador, com os secretários, ouvir as pessoas como nós fizemos ontem aqui, conversamos com um grupo de eventos, um grupo que está trazendo uma alternativa, que não nos pediu nada de mais, mas querendo trabalhar e criando protocolos, formas, atitudes. Eu sou favorável, eu sou comerciante, eu sou empresário, Ver.^a Mônica Leal, eu gostaria que estivesse tudo abeto, mas temos que criar critérios que podemos discutir na Câmara de Vereadores, ao invés de estar iludindo as pessoas. Eu acho que é demagogia, populismo ficar iludindo as pessoas. Espero que a senhora não faça isso, e nem estou dizendo que a senhora o fez, mas se a senhora discorda do que eu estou falando. O que eu acho ruim, Ver.^a Mônica Leal, é a senhora atacar usando o governo; a senhora tem relação com o governo, mas ataca o próprio governo. Eu não faço isso, Ver.^a Mônica Leal. Quando eu fui oposição, eu fazia oposição, a minha oposição era real, era contra e não queria usar as benéncias do governo. Então, eu acho bom a gente ter cuidado na hora de atacar. Eu não ataco nominalmente, citei alguns vereadores, perguntei ao Ver. Felipe Camozzato como estava a situação do governador do NOVO, eu nem disse que o governador estava errado ou estava certo, eu simplesmente citei que tem um governador do NOVO que deve estar passando por grandes dificuldades, assim como está passando o governador Eduardo Leite que não é do meu partido e nem o Prefeito Marchezan é do meu partido. Mas não podemos atirar pedras nas janelas dos outros quando nós temos janela. O prefeito de Salvador, ACM Neto, eu garanto que está passando por grandes dificuldades e tenho certeza que devem ter vários prefeitos do PP, do seu partido, a senhora sempre foi do PP, que estão passando grandes dificuldades. Será que nas cidades em que o PP comanda não há dificuldades que nem Porto Alegre? Lá acertaram tudo? Se fizeram isso, a senhora vai lá e traga os exemplos para Porto Alegre. Nós não queremos ficar discutindo, discutindo sem trazer soluções; criticando, criticando, eu sou contra ficar criticando. Já fiz isso e evolui, estou evoluindo, Ver.^a Mônica Leal, buscando novas soluções, novas discussões. A senhora gosta muito da

briga e daqui a pouco a senhora vai dizer que sou machista, porque estou lhe respondendo: “vou lhe processar, o senhor é machista”. Assim é muito fácil, Ver.^a Mônica Leal, vamos discutir com argumentos, falar mal do governo, ser contra o governo fazendo parte do governo fica feio, Ver.^a Mônica Leal, porque as pessoas sabem a situação de cada um. Um grande abraço, Ver.^a Mônica Leal, que a senhora tenha um bom mandato de vereadora e que a senhora faça a sua política e esqueça meu nome, Ver.^a Mônica Leal. Nós estamos aqui para trabalhar pela cidade, buscar soluções para a cidade e não ficar criticando e criando *posts* no Facebook falando com jornalista para atacar os vereadores. Jamais eu entro no Facebook de outros vereadores. Eu cuido da minha vida, cuido do meu mandato, o que já é bastante. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e seis vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 15h57min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO

(encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0048/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 004/20, que altera o *caput* do art. 8º da Lei Complementar nº 850, de 17 de abril de 2019. (Possibilidade de execução de obras em forma de contrapartida/Outorga onerosa do direito de construir no Município de Porto Alegre.) **(SEI 004.00006/2020-35)**

Observações:

- com Emenda nº 01, de autoria dos Vers. Adeli Sell, Engº, Comassetto, Prof. Alex Fraga, Marcelo Sgarbossa e Roberto Robaina e da Ver.^a Karen Santos;
- com Emenda nº 02, de autoria dos Vers. Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto e Marcelo Sgarbossa;
- com Emenda nº 03, de autoria dos Vers. Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto e Marcelo Sgarbossa;
- com Emenda nº 04, de autoria dos Vers. Alvoni Medina e José Freitas;
- com Emenda nº 05, de autoria dos Vers. Alvoni Medina e José Freitas;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 06-07-20 por força do art. 95 da LOM.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 004/20. (Procede à leitura da emenda.) (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Muito bem, colegas vereadores e vereadoras, a emenda que apresentamos em nome da nossa bancada, com outros colegas que também subscreveram, busca apresentar uma complementação ao projeto apresentado, projeto esse que permite que, na compra do solo criado, possa ser pago com um conjunto de compensações, entre elas obras e outras atividades listadas na originalidade do projeto, verificando que os recursos até então do solo criado pela lei municipal e pelo próprio Plano Diretor deveriam ser direcionados para o Fundo Municipal de Planejamento, bem como 25% desses recursos para o setor habitacional. A nossa proposta é que nós possamos, através desse mecanismo, auxiliar a resolver um dos grandes problemas que nós temos de urbanidade na cidade de Porto Alegre. Qual seja? Nós temos ainda em torno de 700 comunidades que estão irregulares sob o ponto de vista da legalidade urbana. Para essas comunidades buscarem as suas regularizações a Prefeitura de Porto Alegre precisa desenvolver um conjunto de ações. Bom, essas ações iniciam com o levantamento topográfico, com a identificação de todos os moradores, com a demarcação da necessidade de ruas e equipamentos públicos nessas localidades. Para isso precisam fazer um levantamento topográfico; um levantamento georreferencial; um laudo de cobertura vegetal onde exista; identificar se há áreas de preservação que devam ser preservadas nessa regularização – essa é a porta de entrada técnica. Feito isso, bom, pode-se elaborar os projetos necessários de infraestrutura para os arruamentos, para as redes de abastecimento de água, para o esgoto sanitário, para os equipamentos públicos que devam ser feitos – isso também exige projetos que tem custos. Feito isso, existe a possibilidade de que essas obras possam ser executadas parcialmente ou na sua totalidade. Bom, mas, para regularizar qualquer comunidade e qualquer projeto de parcelamento do solo, tem a tarefa que é a tarefa técnica cartorial, que consiste: elaborar toda a documentação conforme as normas cartoriais; buscar todas as negativas junto aos poderes públicos; fazer os memoriais descritivos e precisa tramitar – isso também tem um custo. Portanto, a sugestão que estamos fazendo aqui é para incluir a possibilidade que as contrapartidas que o projeto propõe do solo criado também possam ser estendidas para essas demandas que são demandas da cidade de Porto Alegre. Bem, muitas dessas áreas são públicas municipais, outras são públicas estaduais, outras são públicas federais. Eu posso, com tranquilidade, citar várias delas que estão em debate conosco: a Mato Sampaio tem um projeto nosso para gravar uma Área de Interesse Social para aquela comunidade, aquela área é pública municipal; no Belém Novo, nós temos a ocupação da área da FASE, que são 580 famílias, essa é uma área pública estadual; no bairro Partenon, na Vila Maria da Conceição, que pega lá em cima da Rua João Pinto, da delegacia – felizmente, por fazer esse trabalho, eu conheço os detalhes dessas comunidades – tem mais de mil famílias que estão na área do INSS, isso não é de hoje, já estão há 40, 50, 60 anos. Para que esses processos avancem, há um

escritório de regularização fundiária e o DEMHAB, que são carentes de terem esses recursos para poder dar tranquilidade a essas famílias. No momento que uma comunidade dessas é regularizada, pode entrar todos os serviços públicos, eles passam a ser inseridos com tranquilidade na planta do IPTU, entre outras, cada uma com um enquadramento. Então, a gente oferece, a cidade passa a oferecer uma regularidade, uma urbanidade, um endereço legal, e nós sabemos que para morar legal tem que ter um endereço. Nada melhor do que ter casa para incluir na cidadania, principalmente num momento como este que a gente diz: “Fique em casa” – e para ficar em casa tem que ter casa, e casa legalmente. Eu sei que vários colegas já trabalharam esse tema quando foram secretários, quando foram diretores do DEMHAB, entre outros.

Eu concluo a minha fala, Sr. Presidente, dizendo que esta emenda busca ampliar a possibilidade de nós irmos a resolver um conjunto de problemas muito grande que há na cidade; e é claro que quem vai definir essas prioridades é o poder público municipal nas suas agendas executivas. Muito obrigado, agradeço a compreensão de todos e esperamos votar e aprovar esta emenda.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 004/20.

VEREADOR RICARDO GOMES (DEM): Quero saudar a todos os colegas e público que está nos assistindo. Em primeiro lugar, a fala do Ver. Engº Comassetto mostra por que é tão difícil termos programas de regularização fundiária em Porto Alegre, o vereador fez um sobrevoo sobre o desastre burocrático que é no Município de Porto Alegre, como também no Rio Grande do Sul e no Brasil, como um todo, para que possam acontecer os programas de regularização fundiária, que nada mais são do que dar às pessoas o acesso a propriedade do imóvel em que vivem, é uma porta de entrada à propriedade, portanto, é uma ferramenta de inclusão. Nós não somos contrários à propriedade, como alguns partidos, ao contrário, nós enxergamos que ela pode ser uma porta de entrada à dignidade, que permite que as pessoas invistam nos seus imóveis, que construam casas melhores, que poder público chegue nessas habitações com que tem que prestar de serviço, com saneamento básico, com arreamento, com a iluminação pública, e para isso é fundamental que aconteça a regularização fundiária. O Democratas defende a regularização fundiária como meio de entregar dignidade às pessoas.

Portanto, nós somos favoráveis à emenda, como eu estou encaminhando aqui com a licença do Ver. Mendes Ribeiro, obviamente que eu não vou orientar a bancada, a bancada segue a orientação do líder Mendes Ribeiro, mas uso o tempo para dizer que vejo com bons olhos a abertura e a hipótese de que esses pagamentos do solo criado sejam feitos através não somente de obras, doação de imóveis, pagamento em imóveis, mas também através de projetos que favoreçam a regularização fundiária tão

atrasada em Porto Alegre, que precisa tanto. Nós sabemos que o discurso de regularização fundiária é uma coisa, entregá-la feita é outra. Nós sabemos, inclusive, que há quem explore politicamente essas ocupações irregulares, mas estamos aqui para apoiar para que a regularização fundiária se dê na forma da lei para alcançar dignidade a essas pessoas através do acesso a propriedade. Por isso, nós somos favoráveis a esta emenda, lamentando, como já disse, que o rito para que isso aconteça seja tão, tão, tão desgastante como descreveu o Ver. Engº Comassetto.

E mais, eu sempre lembro o livro “O Mistério do Capital”, do pensador peruano Hernando de Soto, que descreve como uma comunidade no Peru que era atravessada por uma estrada, de um lado da estrada, houve a regularização fundiária, através da concessão da propriedade dos imóveis para as famílias que ali viviam, e do outro lado da estrada não. E de um lado, obviamente do lado em que a regularização fundiária ocorreu, aconteceu desenvolvimento, melhoria das condições de saúde, melhoria das condições de saneamento, habitação melhorada pelos próprios moradores, e do outro lado a situação de extrema penúria se manteve. Então, nós, em razão dessa visão de apoiarmos a regularização fundiária como porta aberta para a dignidade da pessoa humana, como meio de acesso a uma possibilidade de melhoria de condição de vida, acompanharemos nesta emenda do Ver. Engº Comassetto. Obrigado, Dr. Luiz Afonso.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Ricardo Gomes. O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 004/20.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Boa tarde Presidente Pujol e todos os colegas. Eu fiz questão de encaminhar esta Emenda nº 01, e já digo aqui, de antemão, que terá o meu voto favorável, porque o drama de habitação que temos em Porto Alegre e nas grandes cidades brasileiras, como um todo, é um daqueles temas mais caros que acredito que acabam desenrolando uma série de outros problemas de deficiências em serviços públicos. Quando nós temos uma cidade que cresce, Ver. Engº Comassetto, de forma desorganizada, onde temos a ocupação irregular do solo muitas vezes em áreas de risco inclusive, o planejamento do serviço público, o planejamento da Prefeitura não tem como alcançar aquilo que não estava previsto. Portanto, quando nós temos a ocupação irregular de uma área, vai acabar gerando uma demanda gigantesca e não prevista na mobilidade urbana, na saúde, no saneamento, na educação e trazendo e agravando uma série de déficits existentes de serviços públicos, e repito, não apenas em Porto Alegre, mas nas grandes cidades brasileiras. Vale lembrar aqui que tivemos um *boom* de invasões e ocupações irregulares do solo em Porto Alegre na década de 1990. Nós temos hoje mais de 700 comunidades consideradas irregulares em Porto Alegre e, como bem dissestes aqui no eu encaminhamento, muitas delas sem poder receber determinados serviços públicos justamente devido à sua situação irregular. A gente

precisa botar o dedo nessa ferida e discutir mais na Câmara, já faço a provocação ao colega presidente da CUTHAB, Ver. Roberto Robaina, para que a gente possa, sim, ter soluções, solução criativa, reconhecimento, de nós termos a destinação dessas verbas para projetos de regularização fundiária, mas é fundamental também que nós possamos ir na origem desse problema, de saber quem está por traz, de quem esteve por traz de cada incentivo de ocupação e de invasão irregular de terrenos públicos na cidade de Porto Alegre. Por traz dessas invasões, sempre há diversos atores, nós temos o narcotráfico que, muitas vezes, quer mais um espeço para poder ter o seu comércio, ter a sua atividade ilegal, nós temos advogado sem-vergonha que não honra a classe, que explora as pessoas e vende ilusão para elas de que elas têm a oportunidade de continuar naquele espaço, nós temos também, as pessoas que vão lá, fazem a invasão para depois vender o seu terreno para pessoas que estão necessitadas. Nós temos obviamente pessoas extremamente necessitadas de habitação, que não tiveram a oportunidade de serem incluídas em nenhum programa habitacional verdadeiramente eficaz num País como um todo, não apenas em programas de fachada, como tínhamos até pouco tempo atrás do governo federal que não entregou absolutamente quase nada dentro daquilo que estava previsto em habitação para o País, que foi o Minha Casa, Minha Vida em todas as suas fases, inclusive alguns desses condomínios sendo invadidos pelo crime organizado, expulsando pessoas de dentro das suas moradias, e há também políticos interesseiros, há também políticos que querem, sim, incentivar que as ocupações aconteçam para manter aí o seu currar eleitoral, fazendo aquele discurso de retroalimentação, vocês têm o direito de ficar aqui, vocês têm o direito à moradia, invadam a área, agora vamos lutar por vocês no saneamento, vamos lutar por vocês na saúde, vamos lutar por vocês na educação e, na verdade, o problema é uma grande bola de neve porque a própria máquina pública não tem condições de dar a resposta àquelas pessoas que estão lá, sim, necessitadas devido a todos os entraves burocráticos. Espero que, com essa emenda bem colocada, nós possamos amenizar um pouco essa situação e levar projetos realmente de regularização fundiária para regularizar essas comunidades e não termos mais tantos déficits de investimento. Uma vez, estava numa comunidade, lá no alto, na Aparício Borges, na Chácara do Primeiro, e um senhor me disse uma frase muito interessante; normalmente quando a gente fala de imposto, a gente quer sair correndo, as pessoas dizem que querem pagar menos imposto. Isso é um fato comum que a gente ouve no dia a dia, e aquele senhor me disse o seguinte: eu quero ter o direito a pagar o meu imposto para poder receber em troca os serviços que aqui não chegam. Então, em homenagem às pessoas que querem ter a dignidade de ter a sua casa regularizada, a dignidade de ter a sua comunidade dentro do todo da cidade, dentro do planejamento, dentro do atendimento de serviços públicos, nós, repito aqui, votaremos a favor dessa emenda. Mas deixo a provocação que a gente possa sair a fundo, e a Câmara ser o instrumento disso, não apenas para requisitar direitos básicos dessas pessoas, mas para saber também quem mente a elas e quem as usa como massa de manobra eleitoral. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE 004/20.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Como é palpitante esse assunto da regularização fundiária, é uma coisa que nós vivemos intensamente há dois mandatos. Quando fomos secretário da habitação, DEMHAB, eu procurei deixar quase todas as casas que eu construía com a devida regularização fundiária, com o seu título. Isso é uma coisa que muito nos encantou, essas três mil casas que fizemos do Minha Casa, Minha Vida e outros projetos semelhantes. Agora, ratificando esse interesse que temos, eu até nem sei como está o negócio das nossas emendas, das emendas de vereador, eu separei trezentos mil daquela verba e o Cassio outros tantos, o meu líder, e nós vamos, então, aplicar na regularização fundiária de uma vila que está consolidada há muito tempo, que é a Vila das Laranjeiras. Ainda há pouco, nós deixamos preparados e foram entregues a regularização da Vila Canada, ali naquele encontro que vai ou para a Vila Conceição ou para o Hospital da Brigada Militar. O quanto de segurança que dá para um chefe de família mais envelhecido que tem medo de desaparecer e que seus bens desapareçam também, que não possa deixar para os filhos, deixar para as pessoas do seu carinho. Quero mostrar que sempre temos feito no PTB isso, que o amor pelo estudo, pela alfabetização, como o Brizola nos ensinou, verdade, mas também ele fez a desapropriação daquele local chamado charco do colégio onde ele fez casas, fez escolinhas e deu o título de propriedade. Então, parabéns para quem vai votar nessa emenda e parabéns por quem se preocupa também, não é momento de tensão, como o pessoal faz, aproveitar o momento, não, nós temos trabalhando diuturnamente, constantemente na regularização fundiária. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 004/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 35 votos **SIM**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro aprovada a Emenda nº 01 ao PLCE nº 004/20.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Votei “sim” porque vai atacar essas irregularidades que existem há anos em Porto Alegre. O que está acontecendo agora e acontece todos os anos é falta de responsabilidade do Executivo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Pela importância da regularização fundiária, pela liberdade também de ter uma casa e um CEP, votei “sim”.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver. Comassetto, quando o projeto e a emenda são bons, não interessa o partido nem a ideologia. Votei “sim”, Ver. Comassetto.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Cumprimento a bancada do PT, o Ver. Comassetto fez uma belíssima emenda pela sensibilidade de propor e conforme encaminhou o nosso líder, na tarde de hoje, o Ver. Ricardo Gomes, eu o acompanhei e votei “sim”.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Votei “sim”, com muita satisfação e consagro a unanimidade da aprovação desta emenda. Quero aplaudir os vereadores por essa sábia decisão que demonstra o nosso compromisso com a regularização fundiária que é, sem dúvida nenhuma, um dos maiores problemas da cidade. Parabéns ao plenário da Câmara de Vereadores com essa grande decisão. Com a unanimidade dos votos da Casa, cumprimos os autores e a Casa como um todo por ter acompanhado os mesmos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 004/20. (Procede à leitura da emenda.) (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautor.

VEREADOR ADELI SELL (PT): A redação é bastante precisa, ela fala “preferencialmente” porque, como todos aqui falaram anteriormente, nós temos um déficit habitacional, e esse não é um problema de Porto Alegre. Hoje o grande problema das cidades em nível mundial é a questão do déficit habitacional. Nos Estados Unidos, quando explodiu a bolha da construção civil daqueles financiamentos que tinham sido feitos a mãos cheias 30 milhões de pessoas tiveram que devolver seus imóveis. Muitas dessas pessoas foram para o aluguel de imóveis e outras pessoas não tinham mais habitação porque não tinham condições nem de pagar locação. Há autores modernos na área do urbanismo que têm insistido que o modelo de urbanismo e as questões de habitação devem ser permanentemente revisadas pelos governos. Por isso que, por exemplo, na Colômbia, houve um grande investimento em cidades tumultuadas pelo terror, pelo narcotráfico, como Medellín, entre outras, que viraram lugares adequados de moradia, mesmo em seus morros. Nós vimos como a cidade de Barcelona que na sua parte do Centro Histórico, principalmente no entorno do Porto Velho, as habitações foram arrumadas, reequipadas para moradores das mais diversas classes sociais, inclusive de menor renda para que houvesse essa questão da miscigenação, coisa que lá atrás, em 1961, a grande Jane Jacobs escreveu Morte e Vida de Grandes Cidades. Coisa que, mais recentemente o grande arquiteto europeu Jan Gehl que escreveu o magnífico livro Cidades Para Pessoas, ele também retoma essas questões. Lugares mistos, etc. e tal. Então nós temos agora a condição, por exemplo, em recebendo um equipamento, ele pode ser estudado se há as condições adequadas para a habitação variada. Eu sempre

disse e quero dizer aqui àqueles que nos deram uma cutucada de vara curta, como a Comandante Nádía, que eu também sei fazer autocrítica. Por exemplo, eu sou daqueles que, dentro do Partido dos Trabalhadores, tem uma autocrítica sobre a Vila Santa Terezinha. Eu acho que ali era o local de fazer edificações e não as casinhas como foram feitas, apesar de termos dado o mínimo de dignidade, não é perfeito, longe disso, eu acho ainda um horror, mesmo assim, mas, eu já defendi na época e defendo cada vez mais por causa dessa questão da miscigenação de edificações com condomínios, com locais para atividades comerciais, deveríamos ter um galpão melhor para reciclagem, ser mais adequado. Então a nossa contribuição é tremendamente modesta, mas necessária. Eu digo isso aos colegas, respeitosamente, porque nós, no último período temos nos debruçado muito, na bancada do Partido dos Trabalhadores, a discutir a questão das cidades. Nós achamos que as cidades, do jeito que elas foram construídas, principalmente de 1975, 1980 para cá, já no declínio do estado de bem-estar social, não estão adequadas ao saneamento, à sanidade. Nós estamos vendo os problemas agora com os alagamentos que ocorreram recentemente, as pessoas usando máscara, mas com os pés dentro do esgoto. É uma contradição violentíssima. Isso nós não queremos que aconteça. E, de fato, também queria dizer que, se juntos a gente não conseguir fazer algumas coisas básicas, como essa questão da contribuição na emenda anterior e nesta agora, bom, então não sei o que nós estaremos fazendo. Mas eu acho que é mais uma contribuição modestíssima, eu diria, a este projeto de lei que votaremos favoravelmente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 004/20, como coautor.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde novamente a todos e a todas, não vou usar os cinco minutos, apenas quero parabenizar o conjunto da Câmara que acabou de aprovar a Emenda nº 01, ainda mais nesses últimos dias que nós vimos as chuvas, o quanto expõe a fragilidade do déficit habitacional da cidade, bairros inteiros alagados, a situação da população adulta em situação de rua. Então, a emenda é muito simples, vai na mesma linha da emenda anterior. Se a emenda anterior tratava de condições da parte técnica para implementação dos projetos, esta coloca como prioritário justamente esse tipo de habitação em áreas especiais de interesse social, ou seja, habitação de interesse social. Então, não ocupo mais que isso, apenas para dizer que a emenda direciona justamente essas contrapartidas para habitação de interesse social. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 004/20, como coautor.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Obrigado, Presidente, colegas, vereadores e vereadoras. Aqui o meu reconhecimento e agradecimento à dedicação e compreensão de todos na Emenda nº 01, que certamente vai nos ajudar em muito a resolver demandas que estão represadas há dias na Câmara, e nós temos que acolher essas comunidades. Esta segunda emenda, quero falar um pouco, dando continuidade ao Adeli, o solo criado foi criado, tornou-se política pública, como um instrumento financeiro para produção de cidades. Então, esse mecanismo inteligente do solo criado permite que muitos investidores possam aumentar, por exemplo, um ou dois andares dos seus edifícios porque ali tem infraestrutura urbana suficiente e construção urbana em algumas áreas da cidade. E quem compra o solo criado são de áreas que já detêm toda a infraestrutura urbana, são áreas que podemos considerar, dentro do conceito de urbanismo, nobres, são as áreas onde o metro quadrado tem o valor maior nas cidades. E, no caso de Porto Alegre, os bairros têm sofrido, vamos dizer assim, um caminho bom desse desenvolvimento. Moinhos de Vento, Três Figueiras, Petrópolis, nos últimos tempos – agora a Medianeira e a Zona Sul começam a colher isso –, foram os bairros que mais sofreram valorização. Como essas áreas têm uma desigualdade muito grande na urbanidade, essa proposta sugerida vem na qualidade de apresentar, como prioridade, que possam ser colocadas essas regiões menos favorecidas da cidade e que nós precisamos consolidar em Porto Alegre o que ela é. Porto Alegre não é uma cidade monocêntrica, com um único centro, nós temos que constituir, que o investimento possa ter a sua regularização naquelas comunidades para que os serviços e estrutura urbana estejam onde as pessoas moram. Nós temos que consolidar o centro de bairro na Lomba do Pinheiro, na Parada 16, por exemplo. Nós temos que consolidar o centro dos bairros Rubem Berta, Leopoldina, Sarandi, Humaitá, Tristeza, Nonoai, Teresópolis, para que cada vez mais esses equipamentos públicos estejam mais próximos do polo econômico para, por meio das diversas atividades, se leve o serviço. Mas essas comunidades precisam estar com infraestrutura e regularização fundiária, como nós já colocamos nas emendas anteriores. E nós temos hoje, aprovadas em Porto Alegre, algumas centenas de comunidades que são AEISs – Áreas Especiais de Interesse Social, que já adquiriram essa qualidade. E eu vou citar duas ou três da Zona do Extremo Sul onde moro, o Lajeado e a Cooperativa Clara Nunes nós aprovamos – não me lembro, Cecchim, se foi em 2014. Aprovamos o túnel verde na Ponta Grossa, Wambert, em 2010 para que se tornasse AEIS, e até hoje não entrou infraestrutura nessas comunidades. Então, nós temos centenas de comunidades que já têm AEIS, que já está tudo feito legalmente por nós ou pelo Executivo, ou por ambos, que oferece condição para que essas comunidades recebam esses recursos. Nós aqui não estamos falando daquele princípio da emenda anterior para iniciar a regularização, nós estamos dizendo que agora precisamos resolver o saneamento, resolver outras atividades. Então, a emenda vem nesse sentido de complementação, ou seja, fazer uma geração de renda e,

ao mesmo tempo, uma distribuição. Concluo, Presidente Pujol, quem é vai fazer isso? O Executivo, por meio das suas secretarias, dos seus programas, dos seus projetos. Seja quem for o prefeito ou a orientação partidária que estiver lá no Paço Municipal. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 004/20.

VEREADOR RICARDO GOMES (DEM): Boa tarde novamente, colegas. Quero somente registrar o que não fiz no outro encaminhamento, que a posição do Democratas, no que diz respeito à prioridade ou à possibilidade do uso desses recursos para projetos de regularização fundiária, é obviamente na linha da histórica defesa desses projetos do nosso líder maior, do Presidente da Casa, Ver. Reginaldo Pujol. Queria registrar essa homenagem porque, logo que nós debatemos essa emenda e terminamos de aprová-la, o Presidente Pujol foi entusiasta do texto que terminamos de aprovar. Esta Emenda nº 02, que nós estamos discutindo agora, no entanto, é diferente porque ela cria, quando diz: os imóveis, as permutas de áreas públicas, as obras e serviços de utilidade pública recebidos pelo Município como contrapartida serão destinados preferencialmente para habitação de interesse social, bem como para melhorias urbanas em AEISs – Áreas Especial de Interesse Social. Ocorre que não podemos aqui fixar, por lei, essa preferência porque cada projeto tem a sua peculiaridade no tocante à destinação das contrapartidas. Há projetos que são feitos em áreas da cidade que precisam de escolas, e nós sabemos que obras para escolas são comuns nas contrapartidas dessas construções; há outros em que as contrapartidas envolvem obras de infraestrutura, como por exemplo, pontes, ruas e demais estruturas viárias; e, portanto, fixar como prioridade preferencial a habitação de interesse social é, primeiro, excluir do Executivo a condução da política pública de aplicação desses recursos. Segundo, é desconectar a contrapartida de uma determinada construção da construção em si, é dizer que as contrapartidas serão destinadas para algo que pode não guardar relação com o projeto que se está a aprovando. E, nesse sentido, pode levar, pode produzir um incentivo perverso que se sente em diversas cidades do Brasil que é quase que uma extorsão do investidor que vem fazer uma construção numa cidade e que encontra, no poder público, uma assanha por lhe arrancar contrapartidas para fazer o que bem entende com elas. Ora, nós já temos, aqui no nosso ordenamento jurídico, as mitigações, já temos a contrapartidas, temos a venda do solo criado, temos o imposto de transmissão de bens, todos esses direcionados a proverem infraestrutura ao redor do que venha a ser construído. Portanto, é desnaturar o instituto da contrapartida dar-lhe uma destinação que não guarde relação com a construção que se está fazendo. Quando uma construção vai acontecer, a contrapartida deve necessariamente guardar relação com a construção, se não, não é contrapartida! É um tributo disfarçado porque se vai

simplesmente porque alguém está construindo algo tomar-lhe um recurso, um valor, uma obra ou uma permuta para destinar à outra parte da cidade. Então, neste caso aqui, para não descaracterizar o instituto da contrapartida, que é o que está referido, não é a venda do solo criado, mas a contrapartida, que é o que está referido na emenda, a bancada do Democratas encaminha, eu encaminho com a licença do Ver. Mendes Ribeiro, pelo voto contrário, o voto “não” a esta emenda para que não desnaturemos o instituto das contrapartidas. Obrigado, Sr. Luiz Afonso e Presidente Reginaldo Pujol.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Ricardo Gomes.

Em votação nominal a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 004/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) A Emenda nº 02 ao PLCE nº 004/20 recebeu 24 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**, Sr. Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro **APROVADA** a Emenda nº 02 ao PLCE nº 004/20.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Como a emenda não impõe e está escrito “preferencialmente”, votei sim.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Faço das palavras do Ver. João Bosco Vaz as minhas, “preferencialmente” não impõe, votei sim.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Sabemos que “preferencialmente”, no fim, sempre acaba criando uma obrigação. Cumprimento o Ver. Ricardo Gomes pelo encaminhamento, e eu o acompanhei, por isso votei não.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PTB): Nós temos um desequilíbrio social gigantesco nessa cidade, e ainda que a emenda obrigasse eu votaria a favor. Por isso, votei sim.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Por ser redundante a previsão e por poder acarretar, inclusive, em erros de interpretação, votei não.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito que o Diretor Legislativo inicie a votação da Emenda nº 03 ao PLCE nº 004/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 004/20. (Pausa.) (Procede à leitura da Emenda nº 03 ao PLCE nº 004/20.) O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Realmente, eu não entendi, perfeitamente, essa emenda. Eu vejo assim: uma empresa faz uma contrapartida, por exemplo, uma dragagem num terreno público; esse terreno público, após, por exemplo, é adquirido por uma cooperativa habitacional que vai fazer um empreendimento, a cooperativa é o empreendedor. É claro que essa cooperativa vai fazer alguma medida mitigatória para diminuir algum impacto ambiental ou outro impacto importante na área, necessária para sua construção, e aí ela não vai poder fazer, porque o empreendedor não pode fazer medida mitigatória. Eu espero que isso seja esclarecido, porque a emenda está mal redigida ou eu não entendi direito, e eu quero explicação.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda 03, destacada, ao PLCE nº 004/20, como coautor da emenda.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Primeiro, boa tarde, novamente, a todos. Quero dizer ao Ver. João Carlos Nedel que eu estava inscrito, é que você só foi mais rápido do que eu, senão eu teria feito a explicação e, talvez, você não precisaria ter levantado essa dúvida que é totalmente pertinente. Acho que quem nos induziu à confusão foi o Ver. Ricardo Gomes que, na fala sobre a emenda anterior, trouxe esse tema que era, na verdade, objeto desta emenda que nós discutimos agora. Primeiro, quero agradecer, como um dos autores, a sensibilidade do conjunto da Câmara em direcionar recursos, preferencialmente, para a habitação popular, o que era objeto da emenda anterior. Esta emenda trata de um outro tema. O que se tem visto, na cidade, é que o empreendimento tem direcionado as contrapartidas para valorização do próprio empreendimento, Ver. Nedel. Muitas vezes, um grande empreendimento dá, como contrapartida, uma melhoria na pista que facilita a entrada para o seu empreendimento; ele constrói uma praça ao lado do empreendimento; ele faz uma ciclovia na frente do empreendimento. Na verdade, o que deveria ser uma contrapartida para a cidade, para a qual o gestor público pudesse dizer “não, nós não estamos precisando de uma praça ao lado do empreendimento que vocês estão construindo, nós precisamos de uma praça noutro lugar, nós precisamos de uma obra viária em outro lugar”, acaba que, por uma falta de regramento, a contrapartida, a mitigação, a compensação acaba sendo para valorizar o próprio empreendimento. Então, essa emenda é justamente para isso, ela desvincula a contrapartida que o empreendedor tem de dar para a cidade, ela será onde o Poder Público quiser e não relacionada com o empreendimento, para valorizar o empreendimento, senão contrapartida não é. Não vou utilizar os cinco minutos, acho que, talvez, eu concorde que poderia ter uma outra redação, mas está bem claro que as contrapartidas não podem estar relacionadas com o objeto do solo criado, da outorga onerosa. É nesse sentido, espero ter explicado aos colegas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda 03, destacada, ao PLCE nº 004/20, como coutor da emenda.

VEREADOR ENGº COMASSETO (PT): Muito bem, o que me motivou fazer a inscrição foi a indagação do Ver. João Carlos Nedel, que o Marcelo já iniciou aqui a sua resposta. E aqui eu gostaria, primeiro, de esclarecer quais são as instituições. A instituição do solo criado já existe há muito tempo, e, hoje, quem quer adquirir a possibilidade de construir mais, participa dos leilões, Ver. João Carlos Nedel, vai ali e paga em dinheiro. Nós estamos aqui aprovando um projeto que possibilita que possa pagar em outras moedas: entregar uma obra, fazer regularização.

Todos os grandes empreendimentos de Porto Alegre, e o Ver. Ramiro foi secretário há poucos dias, envolvem uma outra instituição que é a contrapartida. Contrapartidas já estão hoje incorporadas na política pública da cidade de Porto Alegre... (Problemas técnicos no som.) ...medida mitigadora. ... (Problemas técnicos no som.) ...A medida mitigadora é, quando se instala um empreendimento... (Problemas técnicos no som.) ... fazer a rede de abastecimento de água, porque ela é isenta. Então, fica apontado ali, quando saem as licenças, a licença prévia ou a licença de instalação: “tem que realizar obra de infraestrutura, como medida mitigadora, para levar água até o empreendimento”. Bom, com as negociações feitas, é entendido que precisa fazer uma linha de ônibus para lá, tem que construir a estrutura da linha de ônibus. Isso também pode ser uma medida mitigadora. Normalmente, são feitas medidas compensatórias, que são medidas direcionadas às atividades sociais, que a Prefeitura lista: reforma o posto de saúde de tal comunidade como compensação para aquela comunidade, por colocar o empreendimento.

O que está dizendo a nossa emenda? Nós estamos autorizando, nessa votação, que, para comprar o solo criado, Ver. João Carlos Nedel, possa o empreendedor fazer obras de compensação, e aqui nós estamos dizendo que não podem ser as mesmas obras que estão listadas ali na mitigação, porque essas já estavam incorporadas na lógica existente. Então, é isso que nós estamos dizendo dentro desta emenda.

Para não confundir, se não exige a medida de mitigação e de compensação, ele diz: “está bem, eu faço, mas me dá o solo criado.” Não! O solo criado é uma outra instituição; é uma instituição que vem justamente para arrecadar recursos para investir na infraestrutura da cidade, em qualquer lugar.

Como disse o Marcelo, as obras de infraestrutura... Por exemplo, quando foi feito o BarraShopping, ele teve que pavimentar a Av. Diário de Notícias, teve que levar até a duplicação, aquela que existe na Av. Diário de Notícias, levando até a Av. Wenceslau Escobar. O Zaffari, quando fez, na Av. Assis Brasil, no viaduto Obirici... (Problemas técnicos no som.) ...fazer a Av. Grécia e aquela estrutura lá. Ele não ganhou solo criado para fazer aquilo; aquilo foi feito como medida mitigadora, pois tem que investir na infraestrutura para viabilizar o seu empreendimento e dar vazão para a comunidade.

A nossa emenda é simples. Que não venhamos a misturar, agora, os compromissos de contrapartida ou de mitigação a serem pagos com a compensação do solo criado. Pode pagar solo criado, sim, com obras; mas outras obras, fora... (Problemas técnicos no som.) Acho que consegui, Ver. João Carlos Nedel, explicar para V. Exa. a intenção, a interpretação da nossa emenda, como está escrita. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Engº Comassetto. O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 004/20.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Presidente Reginaldo Pujol; nosso diretor Luiz Afonso, senhoras e senhores vereadores, público que nos acompanha. Eu escutei, aqui, as explicações da bancada do PT - tanto o Ver. Marcelo Sgarbossa quanto o Ver. Engº Comassetto -, e aqui fala alguém que acompanhou o PT nas duas primeiras emendas, votando favoravelmente, porque eu acho que são emendas que contribuem realmente com o projeto. Agora, entendo que, nesta Emenda nº 3, realmente estão misturando dois conceitos, duas questões completamente diversas, que são as contrapartidas e as medidas mitigatórias e a questão da aquisição... (Problemas técnicos no som.) ...a autorização para ser pago... (Problemas técnicos no som.) ...ou que não poderão ser as mesmas obras de contrapartida e de medida mitigatória. Então, em nome da bancada do PTB, nesta emenda, vou encaminhar contrariamente, porque estão realmente misturando dois instrumentos, um que é a contrapartida e as medidas mitigatórias com o solo criado e o pagamento, que é a forma de aquisição desse solo criado. Realmente, não vejo necessidade desta emenda, acho que, inclusive, ela confunde aquilo que está disposto até aqui, tanto no projeto quanto nas duas emendas anteriores. Então, em nome da bancada do PTB, encaminho pela rejeição da Emenda nº 03. Obrigado. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 004/20.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Primeiro, um abraço a todos. Luiz Afonso, eu mandei para ti... (Problemas técnicos no som.) ...talvez fora de foco, se tu achares ruim, não precisa. Mas eu acredito que, na indicação dos próximos a falar, seria positivo, no mínimo, tu dizeres o primeiro, segundo e terceiro que irão falar; quando aqueles três falarem, dizes os outros três, porque eu estou aqui sinalizando, já há bastante tempo, e a gente não fica sabendo se está inscrito ou não. Se tu disseres os três,

nós vamos ficar cobrando e facilitaria bastante até para sabermos, termos certeza se estamos inscritos ou não.

Com relação à Emenda nº 03, eu votei favorável às duas anteriores. Eu acho que está correta a posição de que, na verdade, a mitigação deve ser diferente dessa proposta de aquisição de solo criado. Concordo com o Marcelo que, em muitos casos, essas obras de mitigação acontecem sempre em benefício daqueles que vão usufruir das obras. Por exemplo, num conjunto de quatro, cinco ou seis edifícios, a contrapartida, quase sempre, são praças – quase sempre ou uma boa parcela – e, normalmente, essas praças estão incrustadas no centro dos edifícios, isso para uso quase que exclusivo dos moradores. Não podem as obras de mitigação ser confundidas com as obras do solo criado, da aquisição de solo criado, do tamanho do solo criado. Mas eu vou, na dúvida, me colocar ao lado da manifestação e posição do Cassio, até porque eu acho que esta emenda diz aquilo que, evidentemente, já consta, que, na verdade, não há a necessidade de se fazer constar, porque são coisas bastante diferentes. Um abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Aírto Ferronato. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 004/20.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Colegas vereadores e vereadoras, eu acredito que esta Emenda nº 03... As duas outras emendas foram aprovadas e o foram com larga margem, as duas outras emendas eram boas, mas elas, justamente, não têm um caráter de obrigatoriedade. Então, elas, de uma certa forma, são boas, mas são genéricas. A ideia de que os recursos sejam, preferencialmente, para as necessidades populares, ou a regularização fundiária, são generalidades; são importantes, mas são generalidades.

Esta emenda, sim, eu penso que é definidora, porque esta emenda diz que tipo de projeto nós vamos aprovar ou não vamos aprovar.

Porque se é aceitável, embora eu não goste, de se mudar o critério, de se ampliar o critério e permitir que a compra do solo criado não seja simplesmente financeira, não seja um recurso que a Prefeitura, a partir de recebê-lo, possa dispor como achar melhor, como o poder público considerar adequado - que é, na minha opinião, o método correto, que permite, de fato, fazer política pública -, essa ideia de que as contrapartidas - pelo menos, se assim forem, se forem em obras, se forem em imóveis - têm que ser decididas pelo poder público e não incorporando o que já pode estar no próprio empreendedor, ou seja, o que já for do interesse do empreendedor. O Ferronato deu o exemplo, é justamente o que ocorre. Hoje, infelizmente, ao não se ter uma política rígida em relação a isso, o que nós temos visto são praças e mais praças. Às vezes, há até a construção de praças que atrapalham, em vez de construírem políticas públicas, moradias populares, aceitam a contrapartida em praças e ponto final.

Eu acho que esta emenda tem uma importância tão grande que ela define o conteúdo do próprio projeto. Se o projeto vai ser um projeto que, de fato, permite que os recursos públicos sejam utilizados pelo poder público, de acordo com o interesse da maioria, ou se nós estamos, simplesmente, fazendo um projeto para facilitar que a política pública seja decidida por empreendedor privado. Portanto, acho muito importante aprovar esta emenda e creio que ela é bastante definidora do tipo de projeto que estamos votando. Nada mais.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, vereador.

(O Ver. Paulo Brum reassume a presidência dos trabalhos.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 004/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) A Emenda nº 03 recebeu 08 votos **SIM** e 25 votos **NÃO**, Sr. Presidente.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Declaro **REJEITADA** a Emenda nº 03 ao PLCE nº 004/20.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Com muitas dúvidas, votei não.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Votei não pela questão que explicou o Ver. Nedel e outros vereadores: não se trata de um contrato que tu deste para uma empresa ou para uma pessoa que tem incentivos, e tem que dar 30%, onde a pessoa pega 30% dos mesmos 100% que ele ganhou. Não se trata disso, já foi bem explicado pelos vereadores.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Não entendi essa emenda, por isso votei não.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Não compreendi muito bem a emenda. Embora seja muito importante tratar das medidas compensatórias e de outras medidas, porque, muitas vezes, saem empreendimento, e as compensações são realizadas dentro do próprio empreendimento ou fora do bairro que necessita, às vezes, de tantos reparos, como é o caso do meu bairro. Por não ter entendido bem a emenda, votei não.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP) (Questão de Ordem): Diretor, uma questão de ordem, escutei dois ou três vereadores dizendo que não tinham entendido a emenda e por isso dariam determinado voto. Penso que é necessário explicar, porque aí já foram três pessoas falando a mesma coisa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vereadora, os esclarecimentos devem ser feitos pelos respectivos autores nos momentos do encaminhamento. Tivemos dois vereadores-autores que encaminharam a matéria. A diretoria não pode...

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Isso me preocupa, porque foram votos nos quais as pessoas declararam que estavam votando sem ter entendido a emenda. Então, é algo que, realmente, pode prejudicar por falta de compreensão. Às vezes, a gente não conseguiu passar a devida explicação, não conseguiu externar, em palavras, o significado da emenda. Só para deixar claro. Eu votei sim.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eu concordo com a Ver.^a Mônica, ficou muito confusa a emenda, há muitos questionamentos ainda. Ouvi atentamente as explicações e confesso que não me sinto segura para votar, por isso votei não.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Votei não por todos os argumentos da Ver.^a Mônica e da Ver.^a Cláudia. Se está muito confuso o negócio, é porque não está claro.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Solicito que o diretor legislativo inicie a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 004/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 004/20. (Procede à leitura da Emenda nº 04 ao PLCE nº 004/20.)

(Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Sr. Presidente e colegas vereadores, boa tarde. A Emenda 04 e a Emenda 05, de minha autoria e do Ver. Alvoní Medina, da bancada do Republicanos, são bem simples. Elas trazem, na verdade, um pouco mais de transparência. Então, vou repetir o que o diretor leu: “art. 1º A contrapartida, na forma de imóvel ou permuta de área construída, assim como bens, obras e serviços de utilidade pública municipal, deverá ter a apreciação e parecer favorável do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental”.

Então, o que nós queremos, na verdade, é que passem pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental todas as contrapartidas; que todas

as permutas venham a ser discutidas junto com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. “A presente emenda visa dar efetividade ao disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 434, de 1999, que dispõe sobre o desenvolvimento urbano da capital e institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, que tem como finalidade zelar pela aplicação da legislação municipal relativa ao planejamento e desenvolvimento urbano e ambiental, bem como propor e opinar sobre a atualização, complementação, ajustes e alterações do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental”. Então é isso, é bem simples. E os colegas que entenderem que é preciso mais transparência, que é necessário incluir essas discussões junto com o Conselho Municipal, que votem favorável. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n.º 04, destacada, ao PLCE nº 004/20.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, colegas, eu vou ser bem rápido. Pelo avançado da hora, vou fazer um encaminhamento bastante breve, mais para parabenizar o Ver. José Freitas pela proposição dessa emenda ... (Problemas técnicos no som.) ..., justamente porque acreditamos que a cidade precisa ter controle social. Portanto, incluir o Conselho para discutir ... (Problemas técnicos no som.) ... O controle social é fundamental para o desenvolvimento da cidade. É muito justo que o conselho possa opinar a respeito, justamente, dessas contrapartidas, porque são obras para a cidade, e não obras para um governo ou para um empreendimento. Parabéns, Ver. José Freitas a bancada do PSOL votará favorável à sua emenda.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não há mais inscritos, Sr. Presidente.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Sr. Diretor Legislativo, por favor, proceda a votação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal a Emenda n.º 04, destacada, ao PLCE nº 004/20. (Pausa) (Após a chamada nominal) Sr. Presidente, a Emenda nº 04 recebeu 17 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

(Ver. Reginaldo Pujol reassume a presidência dos trabalhos)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro **REJEITADA** a Emenda 04 ao PLCE nº 004/20.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Por menos burocracia, votei não.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): As coisas já são difíceis e complicadas, e a gente ainda põe mais dificuldades no processo. Concordo com o Mauro Pinheiro e como Nedel, por isso votei não.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): A transparência é o princípio básico da administração pública, por isso votei sim.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Contra a burocracia e para não vivermos na capital mundial dos fóruns, conselhos e comissões, eu votei não.

VEREADOR RICARDO GOMES (DEM): Não tenho nada contra o Conselho do Plano Diretor e muito menos contra a transparência, mas a CAUGE, hoje, é a comissão que faz a aprovação dessas contrapartidas, já é um processo lento, demorado e que requer rodadas e rodadas de negociações com os empreendedores. Incluir, além da CAUGE, o conselho municipal, que é amplo e que tem poucas reuniões, para tomar uma decisão que deve ser corriqueira na administração é criar uma etapa burocrática a mais que vai atrasar, ainda mais, o já muito lento processo de aprovação do Município de Porto Alegre. Pelo bem do desenvolvimento da Cidade, votei não.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Para alguns, transparência é sinônimo de burocracia; para mim, temos de fortalecer o controle público e os conselhos democráticos. Portanto, votei sim. Essa é a posição correta e parabéns aos autores da emenda.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): O projeto é muito bom, mas essa emenda pode engessar esse projeto bom, portanto votei não.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Votei sim e parabênizo os autores pela participação e controle social.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu, Ver. Pujol, contra a burocracia, pela flexibilização, votei não.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Solicito verificação de quórum, pela extensão da votação de hoje.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Aprovo o requerimento, é um direito seu pedir a verificação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) Há 23 vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Verificado o quórum mais do que suficiente para continuarmos a reunião, estamos na véspera da conclusão do exame dessa matéria com duas únicas votações para serem feitas agora: o destaque da Emenda nº 05 e, posteriormente, o projeto. Vamos tentar ao menos, nos minutos que ainda nos faltam, resolver essas situações.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 004/20. (Procede à leitura da Emenda nº 05 ao PLCE nº 004/20.)

O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Então, como falei anteriormente, eu vou repetir a leitura da emenda, caso algum colega não tenha prestado atenção ou não tenha entendido. A Emenda nº 05 ao PLCE nº 004/20, de autoria minha e do Ver. Alvoní, da bancada dos Republicanos, diz o seguinte: (Lê.) “Art.1º Fica incluído o seguinte parágrafo no projeto, onde couber: No caso de contrapartida na realização de obras, mediante projeto aprovado, deverá esta conter placa informativa, evidenciando o motivo da contrapartida e as respectivas partes envolvidas, o valor desta contrapartida, a identificação do responsável técnico e o prazo para início e conclusão da obra.” Isso aqui é uma questão de transparência também. “Trata-se de dar publicidade à contrapartida através da realização de obras, visto que teremos praticamente uma dispensa de licitação [Isso aqui é o detalhe] para a realização de obra, ou seja, necessária a publicidade dos valores pecuniários que a cidade está deixando de receber - para receber mediante forma diversa. Sendo assim, este parágrafo vai ao encontro dos princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade e publicidade na administração pública.” Então, está aí, colegas vereadores, aqueles que zelam pela transparência que votem “sim”. Obrigado e abraço.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, não temos registro de solicitação para encaminhamento da votação da matéria.

Em votação nominal a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 004/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, a Emenda nº 05 recebeu 32 votos **SIM.**

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro **APROVADA** a Emenda nº 5 ao PLCE nº 004/20. Dr. Luiz Afonso, com muita tranquilidade saúdo os autores, que conseguiram a unanimidade da Casa em favor da emenda.

Solicito que o diretor legislativo inicie a votação nominal do PLCE nº 004/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PRES (Diretor Legislativo): Em votação nominal o PLCE nº 004/20. (Pausa) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM** e 03 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Esse projeto é muito bom, foi muito melhorado pelas emendas que aqui foram aprovadas, houve casos de emendas que foram aprovadas por unanimidade, outras tiveram disputas muito renhidas e pensamentos dissonantes, o que é comum numa Casa Legislativa, como é a nossa, mas, ao final e ao cabo, resulta aprovado agora por larga margem de votos. Eu quero pedir permissão a todos para fazer uma homenagem ao ex-vereador Lauro Hagemann... (Problemas técnicos no som.) ... o direito de construir como um instrumento para possibilitar o desenvolvimento econômico e social da nossa cidade. O ex-vereador Hagemann, se estivesse conosco, estaria aplaudindo a nossa decisão. Dou como provado o PLCE nº 004/20 com louvor pela qualidade da sua votação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Sr. Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Srs. Vereadores, nós estamos praticamente esgotando o tempo regimental desta sessão. Verifico que não temos quórum para prosseguir com a Ordem do Dia. Visivelmente não há quórum.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 18h20min: Encerrada a Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

4ª SESSÃO

PROC. Nº 0211/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 011/20, que altera a Lei nº 12.655, de 27 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa do

Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2020. (SEI 118.00101/2020-14)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não há inscritos para discutir a Pauta Especial.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.

Assim cumprimos as determinações constantes para o dia de hoje, aqueles que foram possíveis, e a votação de importante matéria que engrandece a nossa união no dia de hoje. Antes de encerrar os trabalhos da presente sessão, lembro a todos da necessidade de que, até amanhã, no horário preestabelecido, nós possamos, as lideranças especialmente, trazer à Mesa as suas propostas no que diz respeito à votação que deverá ocorrer na convocação extraordinária. Lembramos também da conveniência de que amanhã nós haveremos de discutir, com setores da economia da cidade e com vários sindicatos patronais e também de trabalhadores, na sessão temática que será desenvolvida no dia de amanhã, as últimas situações referentes ao combate do coronavírus, e, por outro lado, os efeitos de alguns dos decretos normativos da cidade.

Por hoje, agradeço a presença de todos e decreto encerrada a presente sessão, convocando os vereadores para amanhã, no horário regulamentar, reabrirmos os trabalhos com a sessão especial de quinta-feira, sessão temática, cujo tema acaba de ser anunciado. Obrigado pela presença de todos. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h23min.)

* * * * *